



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
Faculdade de Medicina Veterinária

CONTROLOS VETERINÁRIOS NOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS

JOANA FILIPA SIQUENIQUE LEITE

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Doutora Yolanda Maria Vaz

Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo

Doutora Maria Gabriela Lopes Veloso

Dra. Alina Maria da Silva Amaral Espinha

ORIENTADORA

Dra. Alina Maria da Silva Amaral

Espinha

CO-ORIENTADOR

Doutor Fernando Manuel d'Almeida

Bernardo

2012

LISBOA

---





UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
Faculdade de Medicina Veterinária

CONTROLOS VETERINÁRIOS NOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS

JOANA FILIPA SIQUENIQUE LEITE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEDICINA VETERINÁRIA

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Doutora Yolanda Maria Vaz

Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo

Doutora Maria Gabriela Lopes Veloso

Dra. Alina Maria da Silva Amaral Espinha

ORIENTADORA

Dra. Alina Maria da Silva Amaral  
Espinha

CO-ORIENTADOR

Doutor Fernando Manuel d'Almeida  
Bernardo

2012

LISBOA

---

Aos meus pais.



## AGRADECIMENTOS

---

Esta dissertação representa o culminar de um longo percurso e não poderia deixar de manifestar os meus sinceros agradecimentos a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, a tornar isto possível.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Dra. Alina Espinha, pela dedicação, disponibilidade e simpatia com que me recebeu, guiou ao longo do estágio e todos os conselhos e sugestões que me transmitiu, os quais são, sem dúvida, uma mais valia para a minha vida profissional futura.

Ao meu co-orientador, Professor Doutor Fernando Bernardo, por toda a disponibilidade e paciência demonstrada, por todo o conhecimento e sabedoria com que me presenteou e, em especial, por toda a dedicação e ajuda prestada durante o estágio e elaboração desta dissertação.

A todos os médicos veterinários oficiais que trabalham no posto de inspeção fronteiriço de Lisboa, Dra. Margarida Pombo, Dra. Manuela Dias, Dra. Ana Machado, Dr. Pedro Melo, Dr. Gonçalo Antunes e Dr. Francisco Gomes, pela amizade e disponibilidade, sempre imediata, para responder a toda as minhas perguntas e ajudar-me em todos os momentos do estágio.

À minha turma fantástica por toda a amizade e companheirismo, por todos os momentos divertidos e por terem tornado este percurso tão especial. Em particular à Inês Moura, minha companheira de todos os momentos.

À NVWA, por ter permitido o estágio que realizei na Holanda e por toda a ajuda durante esse período, especialmente a todos os veterinários oficiais e *controllers* que trabalham nas equipas de *Reeweg*, *Check points*, *Free warehouses* e *Schiphol* por todo o empenho e constante preocupação em ensinar-me tudo sobre o seu trabalho e, sobretudo, por terem tornado essa experiencia melhor do que eu alguma vez poderia ter imaginado.

Aos meus pequeninos de quatro patas, Beny, Simba e Mel.

Ao Diogo, pelo carinho, amor e motivação que me transmite todos os dias, por ter tornado todo este percurso mais fácil em muitas ocasiões e por estar ao meu lado em todos os momentos.

Por último, um agradecimento especial à minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, por todo o apoio, incentivo e motivação imprescindíveis durante todo o meu percurso académico.



### CONTROLOS VETERINÁRIOS NOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS

O comércio de produtos animais, de origem animal e animais vivos entre a União Europeia (UE) e países terceiros, bem como as trocas intracomunitárias, estão assentes num vasto conjunto de diretivas, decisões e regulamentos que permitem uma abordagem harmonizada por parte das autoridades veterinárias dos vários Estados Membros. À chegada à UE, tais produtos e animais são controlados em pontos de entrada específicos e aprovados, denominados Posto de Inspeção Fronteiriço (PIF). Estes encontram-se sob responsabilidade dos médicos veterinários oficiais, os quais realizam os controlos veterinários e asseguram que os animais e produtos que entram na UE são seguros e satisfazem as condições específicas de importação estabelecidas na legislação europeia.

O PIF de Lisboa é o maior e o principal posto de inspeção fronteiriço em Portugal, tendo um papel fundamental no controlo das remessas/lotos introduzidas na UE através do território português. No entanto, estas representam apenas uma pequena fração do total de remessas/lotos que entram diariamente na UE. Dois dos principais PIF europeus localizam-se na Holanda, no porto de Roterdão e no aeroporto de Amesterdão, controlando uma grande parte das remessas provenientes de países terceiros.

Esta dissertação visa descrever os controlos veterinários efetuados nos PIF, em particular no PIF de Lisboa e nos PIF de Roterdão e Amesterdão, permitindo assim, uma visão abrangente sobre o trabalho efetuado pelos médicos veterinários oficiais, tanto num PIF de pequenas dimensões, como em dois dos principais PIF europeus. São ainda relatados seis casos que permitem uma melhor ilustração do complexo processo dos controlos veterinários fronteiriços.

Palavras chave: importações, PIF, controlos veterinários, UE, países terceiros.





### **VETERINARY CONTROLS AT BORDER INSPECTION POSTS**

The trade of animal products, products of animal origin and live animals, between the European Union (EU) and third countries, as well as among Member States, are based on a broad set of directives, regulations and decisions that allows a harmonized approach from the veterinary authorities of the Member States. On arrival in the EU, products and animals are checked at specific and approved entry points, called Border Inspection Post (BIP). They are under the responsibility of official veterinarians, who conduct veterinary checks and ensure that animals and products, entering the EU, are safe and meet the specific import conditions laid down in European legislation.

The Lisbon BIP is the largest and busiest border inspection post in Portugal, playing a key role in the control of consignments introduced in the EU through the Portuguese territory. However, it represents a small fraction of the total consignments entering daily within the EU. Two of the busiest BIP in Europe are located in the Netherlands, in Rotterdam's harbour and in Amsterdam's airport, controlling a large part of the arriving consignments. This paper aims to describe the veterinary checks carried out at BIP, particularly in Lisbon BIP and Rotterdam and Amsterdam BIP, allowing a wide view of the work done by official veterinarians, both in a small BIP as in two of the busiest European BIP. It also reports six cases that enable a better illustration of the complex control process of the border veterinary controls.

**Keywords:** imports, BIP, veterinary controls, EU, third countries.



## ÍNDICE GERAL

---

AGRADECIMENTOS .....	iv
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	viii
ÍNDICE GERAL .....	x
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xii
ÍNDICE DE TABELAS .....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS .....	xiv
 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR .....	 1
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO GERAL .....</b>	<b>6</b>
2.1. Base legislativa .....	6
2.2. Postos de inspeção fronteiriços .....	8
2.2.1. Aprovação dos postos de inspeção fronteiriços .....	10
2.2.1.1. Equipamento técnico .....	11
2.2.1.2. Pessoal .....	14
2.2.1.3. Documentação .....	14
2.2.1.4. Procedimentos .....	15
2.2.1.5. Registos .....	15
2.2.1.6. Higiene .....	16
2.2.2. O posto de inspeção fronteiriço de Lisboa (Portugal) .....	17
2.2.3. O posto de inspeção fronteiriço de Roterdão e Amesterdão (Holanda) .....	18
2.3 Sistemas informáticos utilizados no controlo veterinário .....	20
2.3.1. Trade Control and Expert System (TRACES) .....	20
2.3.2. Rapid Alert System for Food and Feed (RASFF) .....	21
2.4. Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE) .....	22
2.5. Controlos veterinários .....	23
2.5.1. Controlo documental .....	25
2.5.2. Controlo de identidade .....	26
2.5.3. Controlo físico .....	28
2.5.3.1. Controlo analítico .....	30
2.6. Decisão veterinária .....	30
2.6.1. Aprovação das remessas/lotes .....	31
2.6.2. Rejeição das remessas/lotes .....	31

2.7. Regimes especiais de controlo .....	32
2.7.1. Animais de companhia .....	32
2.7.2. Controlos reduzidos .....	32
2.7.2.1. Acordos com países terceiros .....	34
2.7.3. Controlos reforçados .....	34
2.7.3.1. Medidas de salvaguarda .....	34
2.7.4. Transbordos e Trânsitos .....	35
2.7.5. Remessas destinadas a uma zona franca, entreposto franco ou entreposto aduaneiro .....	36
2.7.6. Reimportações .....	37
<b>3. ESTUDO DE CASOS .....</b>	<b>39</b>
3.1. Controlo veterinário de produtos de origem animal .....	39
3.1.1. Caso 1: Importação de produtos da pesca – Peixe .....	39
3.1.2. Caso 2: Importação de produtos da pesca – Moluscos .....	43
3.1.3. Caso 3: Importação de produtos da pesca – Crustáceos .....	47
3.1.4. Caso 4: Importação de carne de aves .....	50
3.2. Controlo veterinário de produtos animais .....	53
3.2.1. Caso 5: Importação de sémen .....	53
3.3. Controlo veterinário de animais vivos .....	54
3.3.1. Caso 6: Importação temporária de equídeos .....	54
<b>4. DISCUSSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>71</b>
1. Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE) .....	72
1.1. DVCE para produtos (Regulamento (CE) nº 136/2004) .....	72
1.2. DVCE para animais (Regulamento (CE) nº 282/2004) .....	74
2. Planos Nacionais de Vigilância .....	76
2.1. Plano nacional de controlo de resíduos no PIF de Lisboa (2011) .....	76
2.2. Plano nacional de controlo de agentes microbiológicos no PIF de Lisboa (2011) .....	77
3. Acordos com países terceiros .....	78

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1: PIF aprovados em Portugal e sua localização geográfica .....	9
Figura 2: Sala de inspeção de produtos destinados ao consumo humano e equipamentos do centro de inspeção de Alcântara, PIF de Lisboa .....	12
Figura 3: Sala de inspeção de produtos destinados ao consumo humano e equipamentos do centro de inspeção <i>Eurofrigo Abel Tasmanstraat</i> , PIF de Roterdão ..	12
Figura 4: Cais de descarga climatizado para manutenção dos níveis de temperatura adequados durante a abertura dos contentores (centro de inspeção <i>Eurofrigo Abel Tasmanstraat</i> , PIF de Roterdão) .....	13
Figura 5: Equipamento e medidas utilizadas na manutenção de um nível de higiene adequado .....	17
Figura 6: Organização e funcionamento do sistema RASFF .....	22
Figura 7: Controlo de selo no PIF de Roterdão, <i>Eurofrigo Abel Tasmanstraat</i> .....	27
Figura 8: Controlo de identidade de um lote de pintos do dia no PIF de Amesterdão, <i>Schiphol</i> .....	27
Figura 9: Ensaios realizados durante o controlo físico .....	29
Figura 10: Controlo físico de peixes ornamentais no PIF de Amesterdão, <i>Schiphol</i> .....	29
Figura 11: Diagrama das etapas do controlo veterinário fronteiriço .....	38
Figura 12: Embalagens danificadas e molhadas durante a mudança de contentor .....	41
Figura 13: Medição da temperatura interna durante a mudança de contentor .....	42
Figura 14: Abertura do contentor .....	44
Figura 15: Controlo de identidade dos choccos ( <i>Sepia pharaonis</i> ) .....	45
Figura 16: Colheita de amostra da remessa de <i>Sepia pharaonis</i> para controlo analítico .	46
Figura 17: Selagem do contentor com o selo do PIF de Lisboa .....	46
Figura 18: Controlo de identidade do camarão tigre ( <i>Penaeus monodon</i> ) .....	48
Figura 19: Amostras da remessa de <i>Penaeus monodon</i> para controlo analítico .....	49
Figura 20: Palete de peito de peru congelado proveniente do Brasil .....	50
Figura 21: Medição da temperatura .....	51
Figura 22: Corte do produto para realização de descongelamento e cozedura .....	52
Figura 23: Rótulo de inspeção do PIF de Roterdão .....	52
Figura 24: Controlo de identidade do sémen de bovino proveniente do Canadá .....	54
Figura 25: Chegada dos equinos ao centro de inspeção <i>KLM Animal Hotel</i> .....	56
Figura 26: Controlo físico a um dos equinos .....	56

## ÍNDICE DE TABELAS

---

Tabela 1: Tempo de estágio (em horas) nos PIF de Lisboa, Roterdão e Amesterdão .....	1
Tabela 2: Número de casos acompanhados durante o período de estágio no PIF de Lisboa .....	2
Tabela 3: Número de casos acompanhados durante o período de estágio no PIF de Roterdão e Amesterdão .....	4
Tabela 4: Lista dos PIF portugueses, respetivos centros de inspeção e tipos de produtos e/ou animais que estão aprovados a controlar .....	10
Tabela 5: Centros de inspeção do PIF de Lisboa e tipos de produtos e/ou animais aprovados a controlar .....	18
Tabela 6: Centros de inspeção do PIF de Roterdão e tipos de produtos aprovados a controlar .....	19
Tabela 7: Centros de inspeção do PIF de Amesterdão e tipos de produtos e/ou animais aprovados a controlar .....	20
Tabela 8: Tipos de notificação utilizados pela Comissão Europeia na transmissão de informação aos membros do RASFF .....	22
Tabela 9: Espécies animais designadas como “Animais de Companhia” .....	32
Tabela 10: Grupos de produtos e frequência dos controlos físicos a efetuar em remessas de produtos importados de países terceiros .....	33
Tabela 11: Controlos veterinários efetuados nas diferentes situações de transbordo de produtos .....	36
Tabela 12: Detalhes relativos à importação de uma remessa de peixe proveniente da Nova Zelândia .....	39
Tabela 13: Detalhes relativos à importação de uma remessa de cefalópodes provenientes da Índia .....	43
Tabela 14: Detalhes relativos à importação de uma remessa de crustáceos provenientes do Bangladeche .....	47
Tabela 15: Detalhes relativos à importação da carne de aves proveniente do Brasil .....	50
Tabela 16: Detalhes relativos à importação de sémen de bovino proveniente do Canadá .....	53
Tabela 17: Detalhes relativos à importação temporária de equinos provenientes dos Estados Unidos da América .....	55

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

ANA	Aeroportos de Portugal
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CN	Código de Nomenclatura
CTT	Correios de Portugal
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGSANCO	Directorate-General for Health and Consumers
DVCE	Documento Veterinário Comum de Entrada
EM	Estados Membros
FVO	Food and Veterinary Office
IC	Interessado no carregamento
IPIMAR	Instituto de Investigação das Pescas e do Mar
KLM	Royal Dutch Airlines
LNIV	Laboratório Nacional de Investigação Veterinária
PIF	Posto(s) de Inspeção Fronteiriço(s)
RASFF	Rapid Alert System for Food and Feed
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TRACES	Trade Control and Expert System
UE	União Europeia
VGC	Veterinair Grens Controle





## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR

---

O estágio curricular que serviu de base para esta dissertação foi realizado na área da inspeção sanitária e saúde pública, mais concretamente, na área dos controlos veterinários fronteiriços. Durante um período de aproximadamente 6 meses, com um total de 845 horas, foi acompanhado o trabalho efetuado pelos veterinários oficiais que exercem funções nos postos de inspeção fronteiriços de Lisboa, de Roterdão e de Amesterdão (Tabela 1).

Tabela 1: Tempo de estágio (em horas) nos PIF de Lisboa, Roterdão e Amesterdão.

<b>Local</b>	<b>Tempo de estágio (h)</b>
PIF de Lisboa	576
PIF de Roterdão	161
PIF de Amesterdão	108
<b>TOTAL</b>	<b>845</b>

### Atividade desenvolvida no Posto de Inspeção Fronteiriço de Lisboa

O estágio no PIF de Lisboa decorreu no período compreendido entre 16 de agosto de 2011 e 2 de dezembro de 2011, representando desta forma a maioria do tempo de estágio curricular. Durante este período pude acompanhar e auxiliar nas diferentes funções desempenhadas pelos veterinários oficiais no controlo veterinário de produtos e animais provenientes de países terceiros, assim como aprender toda a base legislativa em que assentam tais controlos. As atividades desenvolvidas incidiram principalmente no controlo veterinário de produtos no centro de inspeção de Alcântara (Liscont), devido a uma maior casuística e facilidade de acesso. Tive, igualmente, a oportunidade de acompanhar os controlos veterinários no centro de inspeção de Xabregas durante um período de dois dias e no PIF do aeroporto durante um dia, uma vez que estes recebem uma menor quantidade de remessas (e lotes, no caso do aeroporto) e o acesso é mais restrito.

As funções realizadas consistiram sobretudo em:

- Verificação dos certificados ou documentos veterinários ou outros documentos que acompanham um lote ou uma remessa.
- Verificação visual da concordância entre os animais ou os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários.
- Realização de exames sensoriais, tais como, avaliação do aspeto, cheiro, cor, consistência e sabor dos produtos.
- Realização de ensaios físicos, tais como, corte, descongelamento, cozedura e medição do pH dos produtos.

- Medição da temperatura externa e interna de produtos refrigerados e congelados, para controlo de ruturas da cadeia de frio.
- Controlo de selos apostos nos contentores que transportam produtos.
- Recolha de amostras para controlo analítico.
- Verificação das notificações de alerta do sistema RASFF.
- Preenchimento de DVCE no sistema TRACES.

No total foram acompanhadas 482 remessas, 2 lotes e 2 situações de transporte de animais de companhia (Tabela 2).

Tabela 2: Número de casos acompanhados durante o período de estágio no PIF de Lisboa.

		Nº de remessas/lotes
Produtos de origem animal	CH	445
	NCH	2
Produtos animais		0
Alimentação animal		33
Animais vivos		2
Animais de companhia		2
<b>Total</b>		<b>486</b>

Legenda: CH = Consumo Humano. NCH = Outros produtos.

Apesar de não ser uma função normalmente desempenhada nos PIF, os veterinários oficiais do PIF de Lisboa são os responsáveis pela elaboração de certificados de exportação de animais de companhia com destino a países terceiros. Desta forma, durante o estágio pude ainda auxiliar nesta função, assim como prestar esclarecimentos sobre este assunto aos proprietários interessados, pessoalmente e via telefónica.

Tive ainda a oportunidade de participar numa formação organizada pela Direção de Serviços Veterinários da Região de Lisboa e Vale do Tejo sobre “Saída de animais de companhia de Portugal para os Estados Membros da União Europeia sem carácter comercial”.

### **Atividade desenvolvida nos Postos de Inspeção Fronteiriços de Roterdão e Amesterdão**

O estágio no PIF de Roterdão e Amesterdão foi realizado no período compreendido entre 31 de janeiro de 2012 e 30 de março de 2012. Devido à dimensão e movimento do PIF de Roterdão, os veterinários oficiais estão divididos em três equipas: uma responsável pelo controlo documental, outra responsável pelo controlo de identidade e físico e, por último, uma responsável pelos produtos destinados às zonas francas, entrepostos e fornecedores de navios. Nas duas primeiras semanas pude acompanhar o trabalho da equipa de controlo

documental. Na Holanda o controlo documental é realizado, sobretudo, pela alfândega, a qual delega o controlo para os veterinários oficiais apenas quando existe alguma incoerência. Desta forma, o trabalho realizado consistiu sobretudo na correção de certificados ou documentos que acompanham as remessas antes da chegada destas ao PIF. Contudo pude também assistir ao trabalho efetuado pelos funcionários da alfândega. Seguiram-se duas semanas com a equipa dos controlos de identidade e físico, a qual está distribuída pelos vários centros de inspeção. Tive a oportunidade de auxiliar no trabalho dos *controllers* (assistentes dos veterinários oficiais) e veterinários oficiais nos diferentes centros de inspeção, com exceção do *Eurofrigo Karimatastraat*, devido à distância a que se encontra da cidade.

As funções realizadas consistiram em:

- Verificação visual da concordância entre os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários.
- Realização de exames sensoriais, tais como, avaliação do aspeto, cheiro, cor, consistência e sabor dos produtos.
- Realização de ensaios físicos (corte, descongelamento, cozedura e medição do pH dos produtos).
- Medição da temperatura externa e interna de produtos refrigerados e congelados, para controlo de ruturas da cadeia de frio.
- Controlo de selos apostos nos contentores que transportam produtos.
- Recolha de amostras para controlo analítico.
- Preenchimento de DVCE no sistema VGC (*Veterinair Grens Controle*) e TRACES.

Por último, pude acompanhar a equipa dos entrepostos e fornecedores de navios em três empresas diferentes, *H. Ferwerda*, *B&S Global Transit Centre* e *Klevenberg Shipping Centre*.

As funções desempenhadas consistiram, sobretudo, em:

- Verificação visual da concordância entre os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários.
- Controlo da quantidade de embalagens armazenadas e expedidas para os navios ou outros entrepostos.

Nas 4 semanas seguintes tive a oportunidade de trabalhar com a equipa de veterinários oficiais do PIF de Amesterdão no Aeroporto *Schiphol*. Circulei alternadamente pelos vários centros de inspeção: *Freshport*, *Aviapartner* e *KLM Animal Hotel*.

As funções desempenhadas consistiram em:

- Verificação visual da concordância entre os animais ou os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários.

- Realização de exames sensoriais, tais como, avaliação do aspeto, cheiro, cor, consistência e sabor dos produtos.
- Realização de ensaios físicos (corte, descongelamento, cozedura e medição de pH dos produtos).
- Medição da temperatura interna de produtos refrigerados e congelados, para controlo de ruturas da cadeia de frio.
- Recolha de amostras para controlo analítico.
- Controlo das marcas de identificação (resenho, tatuagem, brinco, *microchip*) de animais.
- Avaliação do estado físico de animais através de um exame clínico geral.

No total, acompanhei 91 remessas, 59 lotes e 31 situações de transporte de animais de companhia durante o período de estágio no PIF de Roterdão e Amesterdão (Tabela 3).

Tabela 3: Número de casos acompanhados durante o período de estágio no PIF de Roterdão e Amesterdão.

		Nº de remessas/lotes
Produtos de origem animal	CH	78
	NCH	2
Produtos animais		11
Animais vivos		59
Animais de companhia		31
<b>Total</b>		<b>181</b>

Legenda: CH = Consumo Humano. NCH = Outros produtos.

## 1. INTRODUÇÃO

---

O controlo veterinário fronteiriço é um fator fundamental para assegurar que os animais e produtos que entram na UE são seguros e satisfazem as condições específicas de importação estabelecidas na legislação europeia.

Os animais e produtos importados de países terceiros representam um elevado risco no que respeita à transmissão de doenças graves aos humanos e animais. Desta forma, são submetidos a controlos específicos nos pontos de entrada do território da UE em locais apropriados, denominados de Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF). Estes PIF estão dispersos ao longo dos vários Estados Membros (EM) e encontram-se sob responsabilidade dos médicos veterinários oficiais a cargo da autoridade veterinária central de cada país.

Dado o interesse pessoal pela área de inspeção sanitária e saúde pública, um estágio curricular num PIF seria uma opção aliciante, uma vez que abrange um vasto conjunto de assuntos e representa um importante ponto de controlo na garantia da proteção da saúde das pessoas e dos animais.

O PIF de Lisboa é o maior e mais importante em Portugal, sendo desta forma um local adequado para o início de aprendizagem referente aos controlos veterinários de produtos e animais que entram na UE através do território nacional.

Após o estágio no PIF de Lisboa, seguiu-se um estágio na Holanda, nos PIF de Roterdão e Amesterdão. Estes representam um dos principais pontos de entrada de produtos e animais na UE, com uma casuística cerca de 16 vezes superior ao PIF de Lisboa.

Como tal, após a passagem pelos três PIF mencionados, esta dissertação representa o culminar desse trabalho retratando a atividade desenvolvida diariamente nos PIF e os conhecimentos adquiridos durante esse período.

Esta dissertação tem três partes principais, a primeira delas, consiste num enquadramento geral sobre o tema de controlos veterinários nos PIF, onde são descritos os principais conceitos, legislação, procedimentos e atividade desenvolvida neste contexto. Uma segunda parte, onde são relatados seis casos presenciados durante o estágio, principal legislação aplicada e decisão final. Por último, uma discussão crítica sobre os controlos veterinários efetuados nos PIF de Lisboa, Roterdão e Amesterdão, salientando os principais aspetos, positivos e negativos, observados durante o estágio curricular nos diferentes PIF.

## 2. ENQUADRAMENTO GERAL

---

### 2.1. Base legislativa

O Ato para o Mercado Único Europeu entrou em vigor em julho de 1987 e previa, nomeadamente, o estabelecimento progressivo de um mercado interno através de um vasto programa legislativo que envolvia a adoção de centenas de diretivas e regulamentos. Em 1 janeiro de 1993 foi instituído, oficialmente, o Mercado Único Europeu, o qual assenta em quatro princípios fundamentais: livre circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas entre os EM. A criação deste mercado veio reforçar a necessidade do estabelecimento de princípios comuns para o controlo fronteiriço, dado que os controlos nas fronteiras internas foram abolidos.

No âmbito dos controlos veterinários fronteiriços foram adotadas um conjunto de diretivas, decisões e regulamentos que permitiram uma harmonização da estrutura e sequência dos controlos, estabelecendo regras específicas na organização do mercado intracomunitário e, principalmente, na introdução de produtos e animais provenientes de países terceiros.

Foi adotada a Diretiva 90/675/CEE, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade. Registou-se, posteriormente, uma evolução da aplicação da mesma que evidenciou a necessidade de introdução de alterações, tendo sido revogada e substituída pela Diretiva 97/78/CE a 18 dezembro de 1997. Os princípios relativos à organização dos controlos veterinários de animais provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade foram estabelecidos na Diretiva 91/496/CE que veio alterar as antigas Diretivas 90/675/CEE, 89/662/CEE<sup>1</sup> e 90/425/CEE<sup>2</sup>.

Os objetivos da UE ao estabelecer uma base legal para os controlos veterinários nas importações de produtos e animais vão no sentido de garantir a segurança dos aprovisionamentos e da sanidade em geral, exigindo para tal, que os países terceiros cumpram condições equivalentes às de produção e colocação no mercado intracomunitário. Para que tal seja possível, a legislação vigente no país terceiro deve garantir condições equivalentes às praticadas na UE, as quais são averiguadas pela Comissão, assistida pelo Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal, que posteriormente elabora listas de países terceiros (ou regiões destes) a partir dos quais as importações são permitidas. Por sua vez, as autoridades competentes dos países terceiros elaboram listas de estabelecimentos, autorizados a exportar para a UE. Neste contexto, foi aprovada a

---

<sup>1</sup> Relativa aos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário, na perspetiva da realização do mercado interno.

<sup>2</sup> Relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos, na perspetiva da realização do mercado interno.

Diretiva 2002/99/CE, que define as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

Em Portugal, a legislação europeia base é transposta em muitos documentos oficiais e legislação interna, como é o caso do:

- Decreto-Lei nº 210/2000, que estabelece os princípios relativos aos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros e respetivo sistema sancionatório (transposição da Diretiva 97/78/CE).
- Decreto-Lei nº 68/93 e Decreto-Lei nº 79/2011, que estabelece os princípios relativos aos controlos veterinários de animais vivos provenientes de países terceiros e respetivo sistema sancionatório (transposição da Diretiva 91/496/CE e suas alterações).
- Decreto-Lei nº 163/2005, que define as regras de polícia sanitária aplicáveis a produtos de origem animal para consumo e princípios gerais de certificação (transposição da Diretiva 2002/99/CE).

Para um melhor entendimento deste tema é importante conhecer o significado de alguns termos fundamentais, definidos pelas Diretivas 97/78/CE e 91/496/CE, respetivamente:

“Remessa” – uma quantidade de produtos da mesma natureza e abrangidos pelos mesmos certificados ou documentos veterinários, transportados pelo mesmo meio de transporte e provenientes do mesmo país terceiro ou parte de país terceiro; e “Lote” – determinada quantidade de animais da mesma espécie (não abrangendo os animais de companhia sem carácter comercial) abrangidos pelo mesmo certificado ou documento veterinário, transportados pelo mesmo meio de transporte e proveniente do mesmo país terceiro ou parte de país terceiro.

As remessas e lotes, após a sua chegada à UE, devem ser submetidos a um controlo veterinário, efetuado sob a responsabilidade de um médico veterinário oficial, num posto de inspeção fronteira (PIF) designado e aprovado pela Comissão e pelo EM. Nesta perspetiva, foi reconhecida a Decisão 2007/275/CE, que estabelece listas de produtos e animais que devem ser sujeitos a controlo nos postos de inspeção fronteiriços em conformidade com as Diretivas 97/78/CE e 91/496/CE.

A quantidade e diversidade de produtos animais, de origem animal e animais vivos sujeitos a controlo num PIF é vastíssima, assim como a legislação e requisitos específicos aplicados a cada situação particular. Neste sentido, a enumeração e contextualização de toda a legislação referente ao controlo veterinário fronteira levaria a uma leitura extenuante, pelo que, apenas são abordadas, ao longo desta dissertação, as mais importantes e que se enquadram nos assuntos mencionados ao longo do trabalho.



## **2.2. Postos de Inspeção Fronteiriços**

O controlo veterinário fronteiriço permite o controlo de remessas e lotes nas fronteiras entre a UE e restantes países, assegurando o cumprimento das condições de importação impostas pela legislação europeia e prevenindo a entrada de organismos potencialmente perigosos para a saúde humana e animal.

Uma vez que a criação de um mercado único conduziu à abolição das fronteiras entre os EM, a Comissão Europeia desenvolveu legislação harmonizada, de modo a assegurar uma abordagem idêntica no controlo de remessas e lotes provenientes de países terceiros, por parte de todos os EM. Para que tal seja possível, a introdução de produtos e animais no espaço da UE pode apenas ocorrer em instalações especializadas e aprovadas, os postos de inspeção fronteiriços (PIF).

Um PIF é, de acordo com o Artigo 2º da Diretiva 97/78/CE, qualquer posto de inspeção designado e aprovado para a realização dos controlos veterinários dos produtos e animais provenientes de países terceiros que cheguem à fronteira de um dos territórios de um EM. Como tal, devem estar situados na proximidade imediata dos pontos de entrada dos territórios da UE e podem incluir mais do que uma instalação ou centro de inspeção numa mesma área geográfica, caso a extensão das fronteiras ou a gestão eficaz dos controlos o justifiquem. Contudo, pode aceitar-se, que o PIF esteja situado a uma certa distância do ponto de entrada, caso o exijam as limitações geográficas, e no caso de transporte por via férrea, na primeira estação designada pela autoridade competente.

Os PIF aprovados para a realização dos controlos veterinários estão listados na Decisão 2001/881/CE e suas alterações. Esta lista está constantemente a ser atualizada, seja pela introdução de novos PIF, novos centros de inspeção anexos a um PIF já existente ou pela remoção de um PIF que cessou atividade. São classificados de acordo com a sua localização (portuária, aeroportuária, rodoviária ou ferroviária) e por categorias de produtos e/ou animais, relativamente aos quais estão aprovados a realizar os controlos.

Os PIF exercem a sua atividade segundo as directrizes estabelecidas pela Comissão Europeia e segundo a responsabilidade da autoridade veterinária competente do país onde se encontram, tendo em vista o objetivo final que é um serviço de controlo veterinário eficaz. No caso de Portugal, os controlos veterinários efetuados nos PIF são da responsabilidade da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), através da Direção de Serviços de Higiene Pública Veterinária (DSHPV), relativamente ao controlo de produtos, e da Direção de Serviços de Saúde e Proteção Animal (DSSPA), relativamente ao controlo de animais vivos e animais de companhia. Estes serviços coordenam os PIF juntamente com as direções de serviços regionais das respetivas regiões de intervenção.

Em Portugal, todos os PIF estão situados na proximidade imediata dos pontos de entrada no território português e uma vez que não existem fronteiras terrestres com países terceiros, todos os PIF estão localizados em zonas portuárias ou aeroportuárias.

Existem actualmente oito PIF aprovados no território português, cinco no continente (Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Sines e Faro), dois na região autónoma da Madeira (Funchal e Caniçal) e um na região autónoma dos Açores (Ponta Delgada) (Figura 1).

Figura 1: PIF aprovados em Portugal e sua localização geográfica (CE, 2012).



Cada PIF está autorizado a receber e controlar certos tipos de produtos e/ou animais, de acordo com as suas capacidades estruturais e operativas, uma vez que as instalações para controlo de animais diferem das para controlo de produtos, assim como o controlo de diferentes tipos de produtos ou diferentes tipos de animais também exige diferentes tipos de abordagens.

As instalações de cada PIF devem estar adaptadas ao tipo de produto ou animais para os quais estão aprovados a realizar os controlos, podendo sempre acrescentar ou perder valências caso as condições operativas e estruturais para o tipo de controlo em questão sejam cumpridas ou não.

No caso de Portugal, os produtos e/ou animais passíveis de serem controlados nos diferentes PIF aprovados podem ser consultados na Tabela 4.

Tabela 4: Lista dos PIF portugueses, respetivos centros de inspeção e tipos de produtos e/ou animais que estão aprovados a controlar (Decisão 2001/881/EC).

PIF	Tipo/ Centros de Inspeção		Produtos	Animais
<b>Faro</b>	Aeroporto		CH-NT(2), CH-T(HC)(2)	O
<b>Lisboa</b>	Aeroporto		CH(2), NCH-NT(2)	O
	Porto	Alcântara	CH(2), NCH	-
		Xabregas	CH, NCH-T(FR), NCH-NT	-
<b>Porto</b>	Aeroporto		CH-T(2), NCH-NT(2)	O
	Porto		CH(2), NCH-NT	-
<b>Sines</b>	Porto		CH(2), NCH	-
<b>Viana do Castelo</b>	Porto		CH-T(FR)(3)	-
<b>Funchal</b>	Aeroporto		CH(2)	-
<b>Canical</b>	Porto		CH-T(2)	-
<b>Ponta Delgada</b>	Aeroporto		NCH-NT	-
	Porto		CH-T(FR)(3), NCH-T(FR)(3)	-

Legenda: CH = Todos os produtos para consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T(FR) = Produtos congelados. T(HC) = Produtos refrigerados. (2) = Apenas produtos embalados. (3) = Apenas produtos da pesca. O = Outros animais (incluindo animais de zoo).

### 2.2.1. Aprovação dos Postos de Inspeção Fronteiriços

Os PIF e centros de inspeção que os integram devem respeitar exigências mínimas em matéria de infraestruturas, equipamento e condições operacionais para que sejam aprovados como posto de controlo fronteiriço. Devem ser construídos, equipados, mantidos e operados em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo da Decisão 2001/812/CE, que estabelece as exigências para a aprovação dos PIF responsáveis pelo controlo veterinário dos produtos provenientes de países terceiros.

Um EM pode propor a inclusão de um novo PIF ou de um novo centro de inspeção a um PIF já existente, depois de a autoridade competente do EM se ter assegurado do cumprimento das exigências estipuladas pela Decisão acima referida. É posteriormente inspeccionado por um serviço da Comissão denominado FVO (*Food and Veterinary Office*), em colaboração com a autoridade competente do EM e, se cumprir os requisitos mínimos, é incluído na lista de postos aprovados. O FVO avalia, periodicamente, a manutenção de tais requisitos dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação europeia. Estas missões estão assentes no Artigo 2º da Decisão 2001/881/CE que estipula inspeções regulares aos PIF, realizadas por veterinários especialistas da Comissão, em cooperação com as autoridades competentes do

EM, de modo a avaliar o sistema de controlos veterinários implementados. Após cada missão, a FVO envia um relatório com o resultado da avaliação para a autoridade competente, descrevendo os aspetos que necessitam de ser melhorados ou alterados. A autoridade competente deve posteriormente informar sobre as melhorias e desenvolvimentos em progresso.

Em casos que se verifique um não cumprimento dos requisitos de aprovação dos PIF e o EM não atender às conclusões dessa inspeção num prazo razoável, ocorre a supressão do PIF em questão. Quando motivos graves, em especial de saúde pública ou animal, o exigirem, um EM também pode suspender a aprovação de um PIF localizado no seu território e informar a Comissão Europeia e os outros EM da referida suspensão e motivos subjacentes (Artigo 6º da Diretiva 97/78/CE).

#### **2.2.1.1. Equipamento técnico**

Todos os PIF e seus centros de inspeção devem possuir equipamento adequado para o controlo físico, uma vez que este pressupõe a utilização de uma gama de equipamentos e instrumentos imprescindíveis ao ato de inspeção e que varia de acordo com o tipo de produto em causa.

De acordo com o Anexo da Decisão 2001/812/CE, os postos e centros de inspeção devem possuir no mínimo e em permanência:

- Equipamentos adequados à pesagem, ou acesso a esses equipamentos.
- Quaisquer equipamentos necessários à abertura e ao exame dos produtos apresentados.
- Equipamentos destinados a manter a temperatura nos níveis adequados nos espaços de temperatura controlada.
- Uma mesa de trabalho com superfície de fácil lavagem, limpeza e desinfecção.
- Equipamentos de amostragem, tais como serras, instrumentos de corte, meios de recolha de amostras das remessas e recipientes para amostras.
- Fita adesiva, tampas ou rótulos numerados com vista a assegurar a rastreabilidade.
- Termómetros adequado à medição de temperatura à superfície e no interior dos produtos, balanças para pesagem, medidor de pH.
- Equipamentos de descongelação ou forno micro-ondas.
- Equipamentos para a armazenagem temporária de amostras de temperatura controlada, e recipientes adequados ao transporte das mesmas, na pendência da sua expedição para o laboratório.

Nas figuras 2 e 3 são apresentadas duas salas de inspeção e respectivos equipamentos dos postos de inspeção de Lisboa e Roterdão, respetivamente.

Figura 2: Sala de inspeção de produtos destinados ao consumo humano e equipamentos do centro de inspeção de Alcântara, PIF de Lisboa (Original).



Figura 3: Sala de inspeção de produtos destinados ao consumo humano e equipamentos do centro de inspeção *Eurofrigo Abel Tasmanstraat*, PIF de Roterdão (Original).



Além do equipamento técnico necessário ao controlo dos produtos, é importante a existência de infraestruturas que tornem possível esse controlo, tais como as verificadas seguidamente:

- Instalações de apoio constituídas por vestuários e instalações sanitárias.
- Áreas de descarga de veículos de transporte de remessas, confinada ou coberta (Figura 4).
- Salas ou áreas de armazenagem adequadas que permitam manter as remessas retidas congeladas, refrigeradas ou à temperatura ambiente, sob controlo veterinário.
- Zonas de descarga, espaços de inspeção e instalações de armazenagem distintos para produtos destinados ao consumo humano ou não destinados ao consumo humano.

Figura 4: Cais de descarga climatizado para manutenção dos valores de temperatura adequados durante a abertura dos contentores (centro de inspeção *Eurofrigo Abel Tasmanstraat*, PIF de Roterdão) (Original).



No caso de centros de inspeção e pontos de entrada autorizados no controlo de animais devem possuir em permanência (Direção Geral de Veterinária, 2009):

- Um leitor de *microchip*.



- Meios de contenção e captura.
- Termómetro.
- Estetoscópio.
- Equipamento de colheita de amostras.

#### **2.2.1.2. Pessoal**

Os PIF funcionam sob autoridade de um veterinário oficial, nomeado pela autoridade competente do EM, que assume efectivamente a responsabilidade pelos controlos efetuados no PIF. Além do veterinário oficial responsável, deve existir pessoal em número suficiente para efetuar um controlo veterinário eficiente de acordo com a quantidade de produtos ou animais controlados. Estes podem ser outros veterinários oficiais ou também auxiliares formados especialmente para esse efeito.

O trabalho efetuado nos PIF inclui igualmente tarefas e procedimentos administrativos, pelo que também deve existir pessoal responsável pela parte administrativa (Anexo da Decisão 2001/812/CE).

#### **2.2.1.3. Documentação**

Como constante do Anexo da Decisão 2001/812/CE, os PIF devem manter um mínimo de informações indispensáveis ao controlo veterinário, as quais devem estar à disposição num escritório central designado:

- Lista atualizada dos países terceiros (ou regiões destes) autorizados a enviar produtos ou animais para a UE.
- Exemplares de várias decisões da UE ou dos EM que estabelecem um modelo de certificado sanitário ou qualquer outro documento que deva acompanhar os produtos dos países terceiros.
- Lista atualizada dos estabelecimentos em países terceiros autorizados a expedir produtos para a UE.
- Exemplares de quaisquer decisões de salvaguarda que proíbam ou restrinjam a importação de produtos para a UE.
- Lista atualizada dos PIF, incluindo todos os pormenores disponíveis sobre esses postos.
- Lista atualizada das zonas francas, entrepostos francos e entrepostos aduaneiros aprovados.
- Lista atualizada dos estabelecimentos aprovados para a receção dos produtos em trânsito por um determinado EM.

- Legislação europeia atualizada relativa aos produtos e procedimentos abrangidos por controlos veterinários.

#### **2.2.1.4. Procedimentos**

Foram igualmente estabelecidas, no Anexo da Decisão 2001/812/CE, regras sobre os procedimentos que devem ser cumpridos por todos os que trabalham num PIF:

- As inspeções físicas e controlos de identidade, com exceção dos controlos de selagem, devem realizar-se nas instalações de inspeção.
- Os controlos e inspeções devem ser efetuados de forma a evitar as contaminações cruzadas e, se necessário, respeitar as condições de controlo de temperatura às quais os produtos são transportados.
- Sempre que sejam inspecionados produtos não embalados destinados ao consumo humano, deve proceder-se à manipulação higiénica e à proteção dos produtos em causa durante a descarga e carga.
- O veterinário oficial deve ter, no mínimo, um conhecimento adequado das disposições aplicáveis à eliminação dos resíduos de origem animal descarregados na área sob a sua jurisdição. Sempre que a eliminação dos resíduos se efetue também sob a sua responsabilidade, devem manter-se registos dos controlos efetuados e das anomalias detetadas. Caso a eliminação dos resíduos seja efetuada sob a responsabilidade de outra autoridade competente, o veterinário oficial deve cooperar estreitamente com esta última e obter todas as informações necessárias.
- O veterinário oficial deve ter um conhecimento adequado de quaisquer zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou fornecedores de navios na área abrangida pelo PIF ou nas imediações da mesma. Devem efetuar-se controlos regulares aos entrepostos ou fornecedores em causa, devendo manter-se no escritório do PIF um registo que demonstre tal facto.

#### **2.2.1.5. Registos**

Os PIF devem registar e guardar as informações relativas a cada remessa ou lote controlados nas suas instalações (Anexo da Decisão 2001/812/CE). Além de registar cada entrada e controlo, deve igualmente guardar os certificados ou outros documentos veterinários que as acompanham e uma cópia do certificado emitido durante o controlo com a decisão veterinária, durante pelo menos três anos.

Devem ainda ser mantidos os seguintes registos em suporte eletrónico ou em papel:



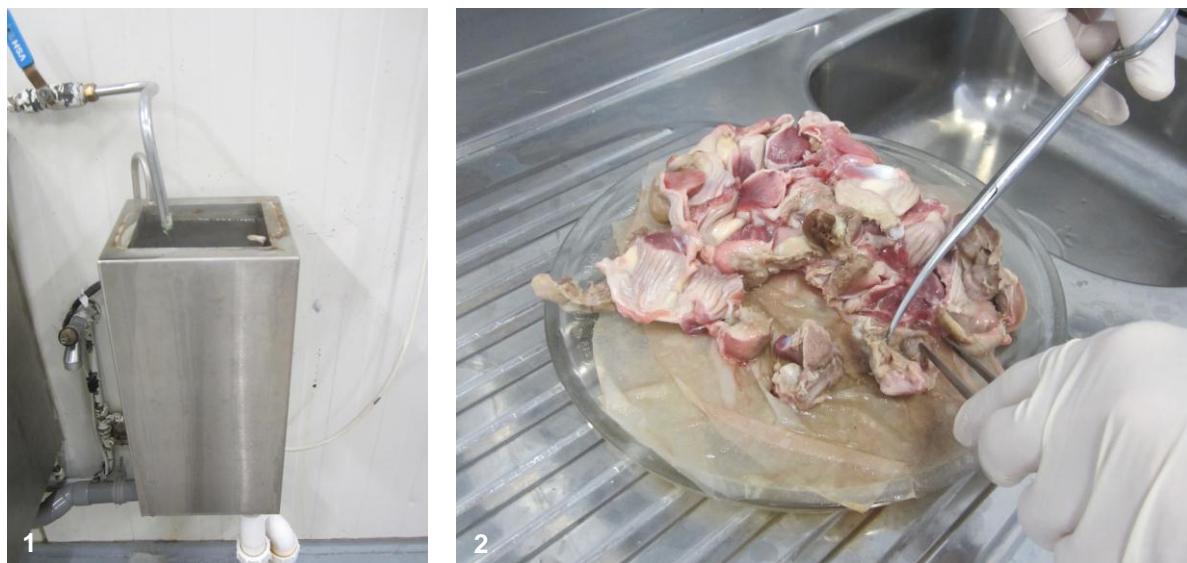
- Informações atualizadas sobre as remessas de produtos cuja importação ou entrada na UE tenha sido recusada e que tenham sido reexpedidos.
- Um registo de todas as remessas reexpedidas, destruídas ou autorizadas pelo veterinário oficial para utilizações diversas; o registo deve incluir todas as situações em que exista um prazo para intervenção pelo veterinário oficial no caso de produtos rejeitados, expedidos em trânsito ou encaminhados para um determinado destino, e sempre que sejam necessárias ações de acompanhamento.
- Um registo de amostras recolhidas para exame laboratorial, juntamente com os pormenores relativos aos exames laboratoriais solicitados e aos resultados dos exames em causa.
- Um registo relativo à frequência reduzida de controlos físicos de remessas de certos produtos a importar de países terceiros.

#### **2.2.1.6. Higiene**

Todos os PIF devem ser construídos tendo em conta um nível de higiene adequado, com consequente minimização do risco de contaminações cruzadas (Anexo da Decisão 2001/812/CE). Um dos aspetos mais relevantes, está relacionado com o cumprimento dos requisitos de higiene durante o processo de controlo por parte de todos os intervenientes envolvidos. Devem, portanto, ser tomadas medidas preventivas, tais como:

- Equipamentos de limpeza e desinfeção devidamente localizados, adequados às necessidades do posto, ou um sistema eficiente de limpeza e desinfeção por um agente externo.
- Utilização de diferentes equipamentos para produtos crus e produtos cozinhados/pré-cozinhados (por exemplo tábuas de corte).
- Os produtos destinados ao consumo humano e os não destinados ao consumo humano devem ser manuseados em áreas de descarga diferentes, assim como inspecionados e armazenados em instalações distintas.
- Os produtos que cumprem os requisitos de importação da UE devem estar fisicamente separados dos que não cumprem tais requisitos durante o seu armazenamento.
- Restrição das salas de inspeção apenas a pessoal autorizado.
- Implementação de medidas de controlo de pragas.
- Manuseamento dos produtos ou animais utilizando equipamento de proteção, tais como luvas (Figura 5), bata branca, redes para o cabelo, calçado adequado, e evitar o uso de acessórios como pulseiras ou jóias.
- Limpeza adequada das mãos com sabão e desinfetante entre as diferentes inspeções.
- Conservação dos equipamento e utensílios o mais limpos e estéreis possíveis (Figura 5).

Figura 5: Equipamento e medidas utilizadas na manutenção de um nível de higiene adequado (Original). Legenda: 1: Equipamento de esterilização de facas (PIF de Roterdão). 2: Uso de luvas descartáveis e utensílios durante a manipulação dos produtos (PIF de Lisboa).



### 2.2.2. O Posto de Inspeção Fronteiriço de Lisboa (Portugal)

O PIF de Lisboa é o maior e o principal posto de inspeção fronteiriço em Portugal, tendo um papel fundamental no controlo das remessas introduzidas na UE através do território português. É composto por um escritório central, localizado no edifício da Delegação Aduaneira de Alcântara Norte e por dois postos de inspeção, um na zona aeroportuária e outro na zona portuária, este último com dois centros de inspeção, um em Alcântara, no terminal de contentores “Liscont”, e outro em Xabregas, no terminal de contentores “Sotagus” (Tabela 5).

No PIF de Lisboa exercem funções sete veterinários oficiais, sendo um deles o veterinário oficial responsável pelo PIF. Como já foi mencionado anteriormente, estes veterinários encontram-se ao serviço da DGAV, a autoridade competente portuguesa.

Nos centros de inspeção de Alcântara e Xabregas (Porto de Lisboa) é apenas autorizado o controlo veterinário de produtos. Estes representam a maioria das remessas sujeitas a controlo no PIF de Lisboa, com uma média anual de cerca de 3500 remessas nos últimos anos (PIF de Lisboa, 2011). Os produtos que chegam diariamente a este porto, transportados em contentores a cargo de companhias marítimas, consistem maioritariamente em produtos congelados destinados a consumo humano, sobretudo produtos da pesca. Os produtos não destinados ao consumo humano, desde produtos para a indústria a alimentos para animais constituem uma minoria no PIF Lisboa.

O centro de inspeção localizado no aeroporto de Lisboa está autorizado no controlo de produtos e animais, limitado, no entanto, a animais de pequeno porte. Apesar do maior número de valências em termos de controlo veterinário, o número de remessas/lotos controlados é muito inferior aos que são verificados no centro de inspeção portuário. A maioria dos controlos veterinários de animais são situações sem carácter comercial, ou seja, animais de companhia que acompanham os seus donos. Ao contrário do Porto de Lisboa, o controlo de produtos não é tão frequente, e uma vez que o transporte se faz por avião, estes produtos são sobretudo produtos frescos.

O PIF de Lisboa além da atividade de controlos veterinários dos produtos de origem animal, produtos animais, produtos destinados à alimentação animal e animais vivos, é também o responsável pela certificação de exportação de animais de companhia com destino a países terceiros, possuindo, desta forma, um conjunto de funções muito diversificadas e ao mesmo tempo complexas.

Tabela 5: Centros de inspeção do PIF de Lisboa e tipos de produtos e/ou animais aprovados a controlar (Decisão 2001/881/CE).

PIF	Centro de Inspeção		Produtos	Animais
Lisboa	Aeroporto		CH(2) ,NCH-NT(2)	O
	Porto	Alcântara	CH(2), NCH	-
		Xabregas	CH, NCH-T(FR), NCH-NT	-

Legenda: CH = Todos os produtos para consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T(FR) = Produtos congelados. (2) = Apenas produtos embalados. O = Outros animais (incluindo animais de zoo).

### 2.2.3. Os Postos de Inspeção Fronteiriços de Roterdão e Amesterdão (Holanda)

Na Holanda, os controlos veterinários fronteiriços são da responsabilidade da *Nederlandse Voedsel en Waren Autoriteit* (NVWA), a autoridade competente holandesa. Esta é responsável pelo trabalho dos cerca de 30 médicos veterinários oficiais e 30 *controllers* (assistentes dos médicos veterinários) que exercem funções nos dois principais PIF holandeses, o PIF de Roterdão e de Amesterdão (*Schiphol*). Estes recebem 95% das remessas e lotes introduzidos na UE através do território holandês, com uma média anual de cerca de 50000 controlos veterinários no PIF de Roterdão e 15000 no PIF de Amesterdão (NVWA, 2012).

O porto de Roterdão é o maior porto da Europa e um dos maiores do mundo, tanto em termos de dimensões, como de carga total e número de contentores recebidos. O PIF de Roterdão é, desta forma, um dos mais movimentados na UE, com um total de quatro centros

de inspeção e um escritório central (*Reeweg*). Os quatro centros de inspeção estão aprovados apenas para a receção e controlo de produtos destinados ao consumo humano, com exceção do *Eurofrigo Karimatastraat*, o qual também está aprovado para o controlo de produtos não destinados a consumo humano (Tabela 6).

Os produtos de origem animal destinados ao consumo humano são os mais frequentes, sobretudo produtos congelados, ultrapassando largamente os produtos de origem animal não destinados ao consumo humano, razão pela qual existe apenas um local aprovado para o seu controlo.

Tabela 6: Centros de inspeção do PIF de Roterdão e tipos de produtos aprovados a controlar (Decisão 2001/881/CE).

PIF	Centro de Inspeção	Produtos	Animais
<b>Roterdão</b>	Eurofrigo Abel Tasmanstraat	CH	-
	Frigocare B.V.	CH-T(2)	-
	Wibaco B.V.	CH-T(FR)(2), CH-NT(2)	-
	Eurofrigo Karimatastraat	CH, NCH-T(FR), NCH-NT	-

Legenda: CH = Todos os produtos para consumo humano, NCH = Outros produtos, NT = Sem requisitos de temperatura, T = Produtos congelados/refrigerados, T(FR) = Produtos congelados, (2) = Apenas produtos embalados.

O PIF de Amesterdão está situado no aeroporto *Schiphol*. Este representa um dos aeroportos mais movimentados da UE, tanto em termos de número de passageiros como de carga recebida. O PIF possui três centros de inspeção, dois deles autorizados no controlo de produtos e de pequenos animais (como por exemplo, pequenos répteis e insetos) e um autorizado no controlo de animais de todas as espécies, o *KLM Animal Hotel*. Este último encontra-se a cargo da companhia aérea holandesa “KLM” e é um dos maiores e mais modernos locais de acomodação temporária de animais, funcionando 24 horas por dia (Tabela 7).

Os controlos veterinários efetuados na Holanda apresentam algumas particularidades comparativamente com os restantes EM. Em primeiro lugar, devido à cooperação especial dos serviços alfandegários no controlo documental. Este é realizado por funcionários especializados ao serviço da alfândega, que delegam o controlo aos veterinários oficiais apenas em caso de dúvida ou de irregularidades observadas durante o controlo. Outro aspeto particular é o uso de um sistema eletrónico nacional, semelhante ao sistema TRACES e implementado na Holanda anteriormente a este ser concebido, denominado *Veterinair Grens Controle* (VGC). No entanto, uma vez que todos os EM devem utilizar o sistema TRACES, atualmente são utilizados os dois sistemas na Holanda.

Tabela 7: Centros de inspeção do PIF de Amesterdão e tipos de produtos e/ou animais aprovados a controlar (Decisão 2001/881/CE).

PIF	Centro de Inspeção	Produtos	Animais
<b>Amesterdão (Schiphol)</b>	Aviartner Cargo B.V.	CH(2), NCH-T(FR), NCH-NT(2)	O
	Freshport	CH(2), NCH(2)	O
	KLM Animal Hotel	-	O, E, U

Legenda: CH = Todos os produtos para consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T(FR) = Produtos congelados. (2) = Apenas produtos embalados. O = Outros animais (incluindo animais de zoo). U = Ungulados. E = Equinos.

## 2.3. Sistemas Informáticos utilizados no Controlo Veterinário Fronteiriço

### 2.3.1. *Trade Control and Expert System (TRACES)*

O *Trade Control and Expert System* (TRACES) é um sistema informático, que permite a notificação, certificação e monitorização das importações e exportações no comércio de animais e produtos de origem animal. Isto é possível através da ligação em rede das autoridades veterinárias dos EM e de países terceiros, e ainda dos operadores económicos interessados no processo.

Antes da implementação deste sistema, a Comissão Europeia já havia estabelecido outra rede informática, que permitia a ligação entre as autoridades veterinárias, denominada ANIMO (referente ao movimento animal). Tinha ainda, o objetivo de colocar em funcionamento o projeto SHIFT (referente ao movimento de produtos), porém este último não chegou sequer a ser implementado. Por esse motivo, a Comissão apresentou a Decisão 2003/24/CE, relativa ao desenvolvimento de um sistema informático veterinário integrado, que permitisse a inclusão das funcionalidades dos sistemas ANIMO e SHIFT numa arquitetura única. Surge, por fim, em 30 de março de 2004 a Decisão 2004/292/CE, relativa à aplicação do sistema TRACES.

O TRACES possui um extenso conjunto de operações e representa uma ferramenta imprescindível, não só nas trocas comerciais entre UE e países terceiros, mas também na gestão de risco em matéria de saúde animal e segurança sanitária dos alimentos, assim como presta assistência às autoridades veterinárias na realização dos controlos veterinários. Tem como principais características as transmissões eletrónicas de informação, permitindo a produção e troca de certificados sanitários entre os EM e países terceiros nas 22 línguas oficiais da UE. Além disso, permite a pré-notificação de uma remessa com destino à UE, acelerando as formalidades necessárias à importação, e notificando, igualmente, as

autoridades competentes do país de origem e de destino, sobre todos os passos durante o plano de importação da remessa.

O TRACES proporciona, automaticamente, em função da natureza do produto/animal e da sua origem, informações relativas às exigências de certificação e informação operativa sobre possíveis medidas de salvaguarda e de controlo reforçado, ao mesmo tempo que informa sobre outras remessas ou lotes semelhante que foram rejeitados, ajudando desta forma as autoridades competentes na adoção das decisões sanitárias.

Permite também uma melhor e mais eficaz troca de informações sanitárias, proporcionando uma reação mais rápida em situações de emergência sanitária, rastreando os movimentos das remessas/lotos comercializados.

Além disso, fornece informações estatísticas consolidadas sobre saúde pública, utilizando os dados introduzidos pelos EM; permite acelerar todos os procedimentos administrativos entre as autoridades competentes e operadores económicos; e ainda a interação com outros sistemas informáticos, como os utilizados pelas entidades alfandegárias, uma vez que incorpora os códigos de nomenclatura (CN) utilizados pela organização mundial das alfândegas.

### **2.3.2. *Rapid Alert System for Food and Feed (RASFF)***

O *Rapid Alert System for Food and Feed* (RASFF) é um sistema informático que permite uma partilha rápida de informação, entre a comissão europeia e as autoridades oficiais de controlo da cadeia alimentar, sempre que é identificado um perigo para a saúde. A sua base legal assenta no Regulamento (CE) nº 178/2002, o qual determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.

As informações provenientes dos EM são recebidas pela Comissão, avaliadas e posteriormente reenviadas para os restantes EM, através de um dos quatro tipos de notificação existentes: alerta, informação, notícias ou rejeição fronteiriça (Tabela 8). Os EM devem decidir quais as medidas a adotar, dependendo do tipo de notificação, e informar imediatamente a comissão acerca das medidas adotadas (Figura 6). A deteção de uma infração impõe que as próximas 10 remessas/lotos provenientes do mesmo estabelecimento de origem devem ser sujeitas a um controlo reforçado por parte de todos os EM, de modo a garantir uma minimização do risco determinado anteriormente. Os EM podem, assim, agir rápida e coordenadamente, de forma a prevenir perigos ao nível da segurança alimentar. Este serviço funciona de forma permanente, de modo a garantir o envio, a receção e a resposta a notificações urgentes, no mais curto espaço de tempo possível.

Tabela 8: Tipos de notificação utilizados pela Comissão Europeia na transmissão de informação aos membros do RASFF (CE, 2009).

<b>Alerta</b>	São enviadas sempre que há géneros alimentícios ou alimentos para animais disponíveis para venda aos consumidores que representam grande perigo e sempre que é necessária uma ação rápida.
<b>Informação</b>	São utilizadas na mesma situação, mas sem que os outros membros tenham de tomar uma ação rápida, por o produto não se encontrar no mercado ou por não se tratar de uma situação de grande perigo.
<b>Rejeição Fronteiriça</b>	Dizem respeito ao envio de notificações sobre géneros alimentícios e de alimentos para animais que foram testados e rejeitados nas fronteiras externas da UE, sempre que tenha sido detetado um perigo para a saúde.
<b>Notícias</b>	Quaisquer informações relativas à segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais que não tenham sido comunicadas como notificação de alerta ou de informação, mas que sejam consideradas interessantes para as autoridades de controlo, são transmitidas aos membros com o cabeçalho Notícias.

Figura 6: Organização e funcionamento do sistema RASFF (CE, 2009).



## 2.4. Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE)

De modo a garantir um funcionamento adequado do sistema de controlos veterinários no mercado único, todas as informações relativas aos produtos ou animais devem estar reunidas num único documento com um formato uniforme, reduzindo assim, os problemas resultantes das diferenças linguísticas nos vários EM, denominado Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE). Este documento é originado eletronicamente no sistema TRACES e, além de conter as informações necessárias à declaração aduaneira, é também

utilizado para a pré-notificação da chegada das remessas através do preenchimento da primeira parte pelo interessado no carregamento (IC), a pessoa legalmente responsável pelo desenrolar das diferentes situações que envolvem a importação da remessa/lote. A segunda parte do documento é preenchida pelo veterinário oficial com o resultado dos controlos efetuados e decisão veterinária.

O modelo de DVCE difere dependendo do tipo de mercadoria importada. No caso de remessas de produtos de origem animal, o modelo utilizado é o que consta no Anexo III do Regulamento (CE) nº 136/2004, que define os procedimentos de controlo veterinário nos postos de inspeção fronteiriços da Comunidade a aplicar a produtos importados de países terceiros (Anexo 1.1). Para remessas de animais vivos, o modelo utilizado é o que consta no Anexo I do Regulamento (CE) nº 282/2004, que estabelece o documento para a declaração e controlo veterinário de animais provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade (Anexo 1.2).

## **2.5. Controlos veterinários**

Como foi mencionado anteriormente, existe um vasto conjunto de produtos de origem animal, produtos animais e animais que têm de ser sujeitos a controlo veterinário nos PIF. Estes encontram-se listados no Anexo I da Decisão 2007/275/CE, relativa às listas de animais e produtos que devem ser sujeitos a controlos nos postos de inspeção fronteiriços em conformidade com as Diretivas 91/496/CEE e 97/78/CE do Conselho. Uma vez que os controlos veterinários nos PIF estão relacionados com os controlos alfandegários, é utilizada uma lista de produtos e animais que tem como referência a Nomenclatura Combinada “NC” estabelecida no Regulamento (CEE) nº 2658/87 e suas actualizações anuais, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum enquanto primeira base para a seleção de remessas.

Os produtos e animais que devem ser sujeitos a controlo nos PIF necessitam de cumprir as condições sanitárias harmonizadas durante a criação do mercado interno, como:

- Ser originário de um país terceiro (ou região deste) constante da lista de países terceiros ou região de países terceiros a partir dos quais são permitidas importações para a UE.
- Ser proveniente de um estabelecimento constante da lista de estabelecimentos aprovados.
- Ser acompanhado do correto modelo de certificado estipulado para o tipo de importação em causa.

A lista de estabelecimentos aprovados, países aprovados ou regiões de países terceiros aprovados, é publicada de acordo com os requisitos estabelecidos no Artigo 12º do



Regulamento (CE) nº 854/2004 e estão disponíveis no *site* oficial da Comissão Europeia.

Contudo, nem todas as remessas sujeitas a controlo nos PIF cumprem essas características, como por exemplo, situações de trânsito, transbordos ou reimportações, que possuem regimes especiais de controlos (ver 2.7).

O controlo de animais vivos apresenta igualmente duas situações distintas: animais introduzidos na UE com um objetivo comercial ou o transporte de animais sem carácter comercial, como os animais de companhia que acompanham os seus donos. O transporte de animais de companhia representa uma condição especial de controlo, estando desta forma assente noutra base legal, o Regulamento (CE) nº 998/2003/CE e suas alterações. As situações comerciais estão assentes na Diretiva 92/65/CEE, incluindo igualmente as condições de importação de todos os animais vivos não especificados, como o caso de répteis, anfíbios, insetos, vermes ou outros invertebrados, para os quais não foram ainda estabelecidas condições de sanidade animal harmonizadas relativamente às importações, não havendo, por conseguinte, um certificado de importação harmonizado.

Além dos produtos animais, de origem animal e animais vivos, existem também produtos de origem vegetal e outros destinados à alimentação animal que podem representar um risco para a saúde pública e por esse motivo devem ser igualmente sujeitos a um controlo veterinário.

O processo dos controlos veterinários inicia-se com a pré-notificação de chegada da remessa/lote. Esta pré-notificação é feita pelo IC, a cargo do importador, através do preenchimento eletrónico da parte 1 do DVCE no sistema TRACES.

A parte 1 do DVCE consiste numa descrição pormenorizada das características da remessa/lote, nomeadamente, tipo de mercadoria, quantidade, peso, país e estabelecimento de origem. A pré-notificação permite aos veterinários oficiais terem conhecimento prévio do tipo de produto ou animal que está prestes a chegar e qual a sua proveniência, portanto, tem de ser efetuada dentro de prazos estipulados. No caso do PIF de Lisboa, correspondem a 1 dia útil antes da chegada física dos navios ao porto e no caso do aeroporto a 1 dia útil, antes da chegada do avião, no caso dos animais vivos e 6 horas de antecedência para produtos (Direção Geral de Veterinária, 2009).

O Regulamento (CE) nº 136/2004 prevê que os controlos veterinários incluam o acesso aos manifestos dos navios e aviões, como tal, os veterinários oficiais devem efetuar um controlo aleatório destes manifestos com alguma antecedência, de forma a verificar se todos os produtos e animais foram corretamente declarados e se existe concordância com as notificações registadas. Quando a remessa/lote chega ao porto ou aeroporto deve ser encaminhada para as instalações do PIF, nas quais não devem ser descurados os princípios de higiene e bom funcionamento e todos os controlos devem ser realizados de forma a evitar a possibilidade de contaminações cruzadas.

### 2.5.1. Controlo documental

Todas as remessas e lotes são submetidos a um controlo documental, independentemente do seu destino aduaneiro. O controlo documental corresponde, como o nome indica, à verificação dos certificados ou documentos veterinários ou outros documentos que acompanham um lote ou uma remessa, a fim de confirmar que cumprem os requisitos impostos na legislação europeia (Artigo 2º da Diretiva 97/78/CE).

A certificação das remessas/lotos é efetuada no país de origem, pela autoridade competente do país terceiro em conformidade com a Diretiva 2002/99/CE. Os certificados devem ser constituídos por uma só folha de papel, duas ou mais páginas que sejam parte integrante e inseparável de uma única folha de papel, ou uma sequência de páginas numeradas de forma a indicar que cada uma delas constitui parte integrante de uma sequência finita; têm de ser emitidos antes da remessa/lote, a que correspondem, abandonar o controlo da autoridade competente do país de expedição e devem ostentar um número de identificação único, o qual deve constar em todas as páginas; devem ser redigidos na língua ou línguas oficiais do EM de destino e do EM em que é efetuado o controlo veterinário fronteiriço (quando diferentes), ou ser acompanhados de uma tradução certificada (Anexo IV da Diretiva 2002/99/CE).

Ao chegarem à UE, cada um dos certificados ou documentos que acompanha uma remessa/lote devem ser objeto de um controlo no PIF, destinado a confirmar, conforme o caso, que (Anexo I do Regulamento (CE) nº 136/2004):

- Trata-se de um certificado ou documento original.
- Diz respeito a um país terceiro ou a parte de um país terceiro autorizado a exportar para a UE.
- A sua apresentação e o seu conteúdo correspondem ao modelo estabelecido para os produtos ou animais em questão.
- Está conforme com os princípios gerais de certificação estabelecidos no anexo IV da Diretiva 2002/99/CE.
- Foi inteiramente preenchido.
- Diz respeito a um estabelecimento ou uma embarcação autorizados ou registados, aptos a exportar produtos para a UE.
- Está assinado pelo veterinário oficial ou, se for caso disso pelo representante da autoridade oficial, e menciona, de forma legível e em maiúsculas, o seu nome e cargo, bem como ostenta o carimbo sanitário oficial do país terceiro e a assinatura oficial, numa cor diferente da utilizada nas outras menções impressas no certificado, ou no caso dos certificados eletrónicos, que a assinatura e o carimbo são inseridos através de um sistema seguro.

- Se existem medidas de salvaguarda, instruções específicas, notificações do RASFF ou mensagens no TRACES em relação ao tipo de mercadoria, país e estabelecimento de origem.
- A parte 1 do DVCE está corretamente preenchida e a informação dela constante corresponde à informação contida noutros documentos oficiais pertinentes que acompanham a remessa ou lote.

### **2.5.2. Controlo de identidade**

Após a realização do controlo documental, o veterinário oficial deve efetuar um controlo de identidade.

Entende-se por controlo de identidade a verificação por inspeção visual da concordância entre os animais ou os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários apresentados (Artigo 2º da Diretiva 97/78/CE).

No caso dos produtos, e quando estes são transportados em contentores, realiza-se a verificação dos selos apostos pelo veterinário oficial do país de origem. O controlo de selo tem por objetivo confirmar que estes encontram-se intactos e que os dados que neles figuram correspondem aos constantes dos certificados ou documentos que acompanham a remessa (Artigo 4º da Diretiva 97/78/CE) (Figura 7).

Após o controlo de selo, este deve ser retirado e o contentor aberto, com o intuito de verificar a presença e conformidade dos carimbos, etiquetas e/ou marcas sanitárias identificando o estabelecimento e país de origem com o certificado ou documentos que acompanham a remessa (Artigo 4º da Diretiva 97/78/CE). Contudo, caso a legislação não obrigue ou permita a redução dos controlos, pode ser efetuado um controlo de identidade reduzido, que consiste apenas num controlo de selo, sem abertura do contentor.

No caso de produtos embalados deve proceder-se ao controlo de rotulagem prevista na legislação (Artigo 4º da Decisão 97/78/CE).

O controlo de identidade de produtos deve abranger 1% do número total de embalagens que compõem a remessa, com um mínimo de 2 embalagens e um máximo de 10 controladas (Direção Geral de Veterinária, 2009). Sempre que ocorra a abertura do contentor ou embalagens, estes devem ser novamente fechados utilizando novos selos ou rótulos/fita, respetivamente, com a identificação da autoridade competente.

No caso dos animais, o controlo de identidade inclui uma inspeção visual com o objetivo de confirmar que a espécie animal e as suas marcas de identificação (resenho, tatuagem, brinco) estão conformes com o mencionado no certificado. No caso de animais com *microchip* é utilizado um leitor, de modo a confirmar que o número de identificação constante no certificado é o mesmo identificado no leitor.

O controlo de identidade deve sempre incluir todos os animais, ou abranger no mínimo 10% dos animais (em lotes de grandes dimensões) com um mínimo de 10 animais controlados. Nestes casos, e uma vez que o controlo individual de todos os animais não é obrigatório legalmente, o controlo de identidade deve incluir a verificação dos rótulos nas embalagens em que são transportados assim como a visualização dos animais para confirmação da espécie em causa (Direção Geral de Veterinária, 2009) (Figura 8).

Figura 7: Controlo de selo. PIF de Roterdão, *Eurofrigo Abel Tasmanstraat* (Original).



Figura 8: Controlo de identidade de um lote de pintos do dia. PIF de Amesterdão, *Schiphol* (Original).



### 2.5.3. Controlo físico

O controlo físico visa garantir que os produtos ou animais estão num estado conforme o mencionado no certificado ou documento veterinário, cumprindo assim os requisitos de importação estabelecidos na legislação. Os veterinários oficiais durante o controlo físico de produtos devem verificar as garantias certificadas pelo país terceiro de origem, assim como confirmar que o transporte subsequente não alterou as garantias no momento da partida. Para tal, podem efetuar um conjunto vasto de operações, tais como (Anexo III da Diretiva 97/78/CE):

- Exames sensoriais (por exemplo, avaliação do aspeto, cheiro, cor, consistência e sabor).
- Ensaaios físicos (corte, descongelamento, cozedura, medição de pH) ou químicos simples (Figura 9).
- Verificação de insuficiências ou ruturas da cadeia de frio (medição da temperatura externa e interna do produto) (Figura 9).
- Controlo analítico (em situações de suspeita, dúvida ou aleatoriamente devido a planos de vigilância).

O controlo físico de produtos deve abranger, à semelhança do controlo de identidade, 1% do número total de embalagens que compõem a remessa, com um mínimo de 2 embalagens e um máximo de 10 controladas (Anexo III da Diretiva 97/78/CE). No entanto, o veterinário oficial pode, em caso de suspeita ou dúvida, realizar um controlo mais abrangente, com um maior número de embalagens inspecionadas. Após o controlo, devem ser fechadas todas as embalagens e identificadas como tendo sido sujeitas a controlo no PIF, através de carimbos, fita ou rótulos reconhecendo a autoridade competente, e no caso dos contentores, selá-los novamente com selos que identifiquem igualmente a autoridade competente.

Nos animais, o controlo físico corresponde à verificação do estado físico dos próprios através de um exame clínico geral, incluindo, por exemplo, a verificação do estado da pele e mucosas, a sua capacidade de movimento e se não apresenta nenhum sinal de doença. Quando o veterinário oficial deteta algum sinal preocupante, deve prolongar o controlo, através da medição da temperatura corporal, monitorização da frequência respiratória e cardíaca ou palpação, por exemplo.

No caso de animais não sujeitos a um controlo individual, como peixes ornamentais, insetos, aves, répteis, anfíbios ou outros invertebrados, o exame clínico deve consistir na observação do estado de alerta e comportamento do grupo (Figura 10).

O controlo físico de produtos e de animais não é obrigatório em determinadas situações, como no caso de acordos especiais com os países terceiros, produtos abrangidos pelo regime de controlos reduzidos (quando não existe qualquer irregularidade) ou situações de trânsito ou transbordo de animais para um país terceiro ou para outro PIF de destino.



Figura 9: Ensaio realizado durante o controlo físico (Original).

Legenda: 1: Medição de pH (PIF de Lisboa). 2: Corte (PIF de Lisboa). 3: Medição de temperatura interna (PIF de Amesterdão). 4: Descongelamento (PIF de Roterdão).



Figura 10: Controlo físico de peixes ornamentais no PIF de Amesterdão, *Schiphol* (Original).



### **2.5.3.1. Controlo analítico**

Em certas situações pode ainda recorrer-se a um controlo analítico com recurso a ensaios laboratoriais centrados na pesquisa de resíduos, agentes patogénicos, contaminantes ou provas de deterioração.

O controlo analítico de produtos pode aplicar-se em situações de suspeita ou aleatórias.

As situações de suspeita podem ocorrer por vários motivos: suspeita de irregularidade durante o controlo físico; notificação prévia do sistema RASFF; ou em presença de uma medida de salvaguarda (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004).

As situações aleatórias correspondem a planos de vigilância. Cada EM deve submeter os produtos apresentados para importação a um plano de vigilância para verificação da conformidade com a legislação, nomeadamente para detetar resíduos, agentes patogénicos ou outras substâncias perigosa para o Homem, animais ou ambiente (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004). Estes planos de vigilância devem ser baseados na natureza dos produtos e no risco que representam, tendo em conta parâmetros de vigilância pertinentes, tais como a frequência e o número de remessas importadas, bem como os resultados de vigilâncias anteriores. Os planos de vigilância de resíduos e agentes microbiológicos efetuados no PIF de Lisboa durante o ano de 2011 podem ser consultados no Anexo 2.

Caso se realizem ensaios aleatórios no âmbito dos planos de vigilância referidos, e não hajam suspeitas de perigo imediato, a remessa submetida a ensaio pode ser introduzida em livre prática antes de se receberem os resultados laboratoriais. Caso os ensaios sejam realizados com base numa suspeita e, quando os ensaios digam respeito a uma substância ou agente patogénico que represente um risco direto ou imediato para a saúde pública e animal, o veterinário oficial deve adiar a aprovação veterinária ou a disponibilização da remessa até se receberem os resultados satisfatórios dos ensaios laboratoriais (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004).

No caso dos animais, para controlo sanitário podem-se efetuar colheitas de amostras de sangue, urina ou fezes, caso seja detetado algum indício de doença durante o controlo físico, ou aleatoriamente devido a planos de vigilância. Em casos de suspeita, o animal ou animais devem permanecer em instalações de quarentena sob a responsabilidade do veterinário oficial, até receção do resultado analítico.

## **2.6. Decisão veterinária**

Depois de concluído o controlo veterinário, a parte II do DVCE é preenchida e assinada sob a responsabilidade do veterinário oficial, averbando o resultado dos controlos veterinários e

consequente decisão veterinária quanto ao destino da remessa/lote. No caso de remessas/lotos na pendência de uma decisão, nomeadamente, por motivo de controlo analítico ou pequenas irregularidades, a remessa/lote é mantida sob vigilância e responsabilidade do veterinário oficial (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004).

#### **2.6.1. Aprovação das remessas/lotos**

Quando a remessa/lote satisfaz as condições de importação e os controlos efetuados não demonstram qualquer irregularidade, o veterinário oficial afirma na parte II do DVCE que os controlos que foram previamente executados são satisfatórios, dando, desta forma, livre prática aos produtos ou animais no território da UE. O interessado no carregamento notifica a autoridade alfandegária sobre a decisão veterinária favorável e, após libertação alfandegária, a remessa/lote pode seguir até ao primeiro local/estabelecimento de destino, sempre acompanhada do DVCE original (Artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

A autoridade competente conserva a outra cópia do DVCE, bem como a certificação ou documentação veterinária original emitida pelo país terceiro que acompanha a remessa/lote, durante, pelo menos, três anos (Artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

#### **2.6.2. Rejeição das remessas/lotos**

Quando as condições de importação não são cumpridas ou os controlos efetuados revelam um resultado insatisfatório, o veterinário oficial deve preencher a parte II do DVCE, atestando o resultado do controlo, o motivo de rejeição e qual o destino dado aos produtos ou animais em causa.

Existem 3 possibilidades de destino para remessas/lotos rejeitados: reexpedição, destruição ou transformação. Contudo, a seleção destas opções estão sempre dependentes do risco que tais produtos ou animais representam e é acordado entre o veterinário oficial, a autoridade competente e o importador (Direção Geral de Veterinária, 2009). Em situações de reexpedição, esta pode ocorrer para o país terceiro de origem ou para outro país terceiro que aceite a remessa/lote e tem de acontecer num prazo de 60 dias. Caso não ocorra neste período de tempo e não haja qualquer justificação plausível, é destruído. Em situações de destruição ou transformação, o destinatário responsável pelo processo tem de pertencer à listagem de estabelecimentos de subprodutos aprovados pela autoridade competente (Artigo 17º da Diretiva 97/78/CE).

O certificado ou documentos veterinários que acompanham a remessa devem ser carimbados com a palavra “rejeitado” e igualmente conservados pela autoridade competente durante, pelo menos, 3 anos (Artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).



## **2.7. Regimes especiais de controlo**

### **2.7.1. Animais de companhia**

O controlo veterinário de animais de companhia sem carácter comercial é definido no Regulamento (CE) nº 998/2003 e suas alterações, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia. Na aceção do referido regulamento, entende-se por “Animais de Companhia” os animais das espécies constantes no Anexo I do respetivo regulamento (Tabela 9) que acompanham o seu proprietário ou pessoa singular por eles responsável em nome do proprietário, aquando da sua circulação e que não sejam destinados a ser objeto de venda ou de transferência de propriedade.

Devem ser sujeitos a um controlo documental e de identidade, pelo veterinário oficial, no ponto de entrada de passageiros no território da UE. Contudo, se o número de animais de companhia for superior a cinco, os requisitos e controlos previstos são os mesmos estipulados nas circulações comerciais, as quais estão assentes na Diretiva 92/65/CEE.

Tabela 9: Espécies animais designadas como “Animais de Companhia” (Anexo I do Regulamento 998/2003/CE).

#### **Animais de Companhia**

---

- Cães
  - Gatos
  - Furões
  - Invertebrados (com excepção das abelhas e dos crustáceos)
  - Peixes tropicais decorativos
  - Anfíbios
  - Répteis
  - Aves de todas as espécies (com excepção das aves de capoeira)
  - Roedores
  - Coelhos domésticos
- 

### **2.7.2. Controlos reduzidos**

O regime de controlos reduzidos foi estabelecido a 25 de junho de 1994, através da Decisão 94/360/CEE, relativa à frequência reduzida de controlos físicos de remessas de produtos importados de estabelecimentos de países terceiros aprovados a exportar para a UE. Este regime permite a diminuição de controlos físicos, dependendo da experiência obtida pelo EM e do perigo representado, dividindo os produtos em 3 categorias diferentes, de acordo com frequências de controlos físicos estipuladas para os vários produtos (Tabela 10).

Tabela 10: Grupos de produtos e frequência dos controlos físicos a efetuar em remessas de produtos importados de países terceiros (Anexo I da Decisão 94/360/CEE e suas alterações).

Grupos de Produtos	Frequência dos controlos físicos
Categoria I	
Carne fresca, incluindo miudezas, e produtos das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina definidos na Directiva 92/5/CEE	20%
Produtos de peixe em recipientes hermeticamente selados destinados a torná-los estáveis à temperatura ambiente, peixe fresco e congelado e produtos de pesca secos e/ou salgados	
Ovos inteiros	
Banha de porco e gorduras fundidas	
Tripas	
Ovos para incubação	
Categoria II	
Carne de aves de capoeira e produtos de carne de aves de capoeira	50%
Coelho, carne de caça (selvagem/de criação) e seus produtos	
Leite e produtos lácteos (para consumo humano)	
Ovoprodutos	
Proteínas animais transformadas para consumo humano	
Outros produtos da pesca, excepto os mencionados no ponto 2 da categoria I, e moluscos bivalves	
Mel	
Categoria III	
Sémen	Mínimo de 1% Máximo de 10%
Embriões	
Estrume	
Leite e produtos lácteos (não destinados ao consumo humano)	
Gelatina	
Pernas de rã e caracóis	
Ossos e produtos à base de ossos	
Couros e peles	
Cerdas, lã, pêlos e penas	
Chifres, produtos de chifres, cascos e produtos de cascos	
Produtos apícolas	
Troféus de caça	
Alimentos transformados para animais de companhia	
Matérias primas para o fabrico de alimentos para animais de companhia	
Matérias primas, sangue, produtos de sangue, glândulas e órgãos para fins farmacêuticos	
Produtos de sangue para fins técnicos	
Organismos patogénicos	
Feno e palha	

### **2.7.2.1. Acordos com países terceiros**

Além do regime de controlos físicos reduzidos, definido na Decisão 94/360/CEE, a legislação comunitária contempla ainda situações de acordos especiais com países terceiros, permitindo igualmente uma redução na frequência dos controlos físicos de produtos e/ou animais provenientes desses países (Anexo 3). São exemplos destes acordos:

- Nova Zelândia (Decisão 97/132/CE, respeitante à conclusão do acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais).
- Canadá (Decisão 1999/201/CE, respeitante ao acordo entre o governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal e em matéria de comércio de animais vivos e produtos animais).

### **2.7.3. Controlos reforçados**

O regime de controlos reforçados é aplicado sempre que os controlos veterinários demonstrem alguma infração ou repetidas infrações da legislação comunitária vigente. Sempre que uma remessa/lote não cumpra os requisitos impostos pela legislação europeia, as próximas 10 remessas/lotes provenientes do mesmo estabelecimento de origem devem ser sujeitas a controlos reforçados (Artigo 24º da Diretiva 97/78/CE).

#### **2.7.3.1. Medidas de salvaguarda**

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 178/2002, que estabelece os princípios gerais que regem os géneros alimentícios e os alimentos para animais em geral, este prevê que sejam adotadas medidas de emergência sempre que for evidente que um género alimentício ou um alimento para animais importado de um país terceiro é suscetível de constituir um risco grave para a saúde humana, animal ou para o ambiente. Desta forma, a Comissão executa decisões legislativas que têm por objetivo o cumprimento de controlos reforçados de certos produtos que foram previamente identificados como um potencial perigo. É exemplo disso, as decisões que têm por base os resultados de inspeções realizadas na Índia (Decisão 2010/381/UE<sup>1</sup>), Indonésia (Decisão 2010/220/UE<sup>2</sup>) e Bangladeche (Decisão 2010/387/UE<sup>3</sup>) que revelaram deficiências no que diz respeito ao sistema de controlo de resíduos dos

<sup>1</sup> Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da aquicultura importados da Índia e destinados ao consumo humano.

<sup>2</sup> Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da pesca criados em exploração importados da Indonésia e destinados ao consumo humano.

<sup>3</sup> Relativa a medidas de emergência aplicáveis aos crustáceos importados do Bangladeche e destinados ao consumo humano, alterando a Decisão 2008/630/CE.

produtos de aquacultura e a falta de capacidade laboratorial para detetar certas substâncias farmacologicamente ativas. Após a elaboração dos relatórios de inspeção e de recomendações por parte da Comissão, os países terceiros necessitam de elaborar planos de ação e garantias. Enquanto se aguarda a aplicação integral desses planos e garantias é necessário cumprir medidas especiais que minimizem esse risco. Como tal, todos os PIF dos EM devem efetuar colheitas de amostras oficiais de pelo menos 20% das remessas provenientes de sistemas de aquacultura destes países terceiros, as quais são sujeitas a análises para deteção de resíduos das substâncias farmacologicamente ativas (substâncias proibidas e medicamentos).

#### **2.7.4. Transbordos e Trânsitos**

Caso uma remessa seja objeto de transbordo de um avião para outro ou de um navio para outro dentro da zona aduaneira do mesmo aeroporto ou porto, quer diretamente quer após descarga no cais ou no terminal é obrigatório o aviso do PIF de entrada por parte do IC, mesmo não sendo esse o PIF de importação/destino dos produtos. Os procedimentos a efetuar por parte do 1º PIF dependem do tempo de permanência do produto no respetivo porto ou aeroporto. Se a descarga e armazenagem for efetuada num período compreendido entre 12 a 48 horas, no caso dos aeroportos, ou 7 a 20 dias, no caso dos portos, o veterinário oficial efetua o controlo documental e o preenchimento dos campos referentes às situações de transbordo no DVCE. Se o período de tempo for superior a 48 horas (aeroportos) ou 20 dias (portos) o veterinário oficial realiza um controlo veterinário total (Tabela 11). A título excecional, por motivos de perigo para a saúde animal e saúde pública, em situações de suspeita ou dúvida, o veterinário oficial pode proceder a todos os controlos veterinários considerados adequados, independentemente das diferentes situações de transbordo (Direção Geral de Veterinária, 2009).

No caso dos animais, a mudança de transporte dentro da área do porto ou aeroporto, não é considerada uma situação de transbordo, desta forma, todos os controlos veterinários são efetuados. Todavia, se os animais prosseguirem a sua viagem no mesmo navio ou no mesmo avião em que viajavam anteriormente, o controlo de identidade e o controlo físico podem ser efetuados no PIF de destino, desde que esse PIF esteja aprovado para a receção e controlo do tipo de animais em questão (Direção Geral de Veterinária, 2009).

As remessas em trânsito, isto é, remessas provenientes de um país terceiro, mas apenas de passagem pela UE, uma vez que o destino final é outro país terceiro, devem ser controladas do ponto de vista veterinário e aduaneiro e obedecer a certas regras (Artigo 11º da Diretiva 97/78/CE):

- É obrigatório o aviso do PIF de entrada por parte do IC.

- O país terceiro de origem deve estar aprovado pela legislação comunitária para a importação do tipo de mercadorias em causa.
- Devem ser acompanhados dos certificados de origem.
- Não pode haver rutura do carregamento, fracionamento ou manipulação durante o transporte que é efetuado em veículos/contentores selados.
- Têm que sair do território da UE, através de um PIF aprovado, num prazo máximo de 30 dias após sair do PIF de entrada.

Tabela 11: Controlos veterinários efetuados nas diferentes situações de transbordo de produtos (Diretiva 97/78/CE; Decisão 2011/215/UE<sup>1</sup>; Direção Geral de Veterinária, 2009).

Localização	Período de tempo	Tipo de controlos
Aeroporto	< 12 horas	Sem controlo
	12 – 48 horas	Controlo documental
	> 48 horas	Controlo documental, de identidade e físico
Porto	< 7 dias	Sem controlo
	7- 20 dias	Controlo documental
	> 20 dias	Controlo documental, de identidade e físico

<sup>1</sup> Relativa à Diretiva 97/78/CE do Conselho no que diz respeito a operações de transbordo no posto de inspeção fronteiriço de introdução de remessas de produtos destinados a importação para a União ou para países terceiros.

#### **2.7.5. Remessas destinadas a uma zona franca, entreposto franco, entreposto aduaneiro ou para abastecimento de meios de transporte marítimo transfronteiriço**

Podem ser apresentados para entrada em zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou para abastecimento de meios de transporte marítimo transfronteiriço, produtos que não satisfaçam os requisitos da UE, ou seja, produtos não conformes, uma vez que o destino final não é o mercado europeu. De acordo com o Artigo 12º e 13º da Diretiva 97/78/CE, as remessas com destino a estes locais só podem ser admitidas pela autoridade competente se o interessado no carregamento notificar previamente a sua chegada e declarar especificamente o seu destino final.

Estes produtos representam um risco adicional para a sanidade animal e saúde pública, pelo que, devem ser submetidos a controlos adicionais para assegurar a sua correta manipulação durante o transporte, armazenamento e entrega, a fim de evitar a sua colocação no mercado da UE. Sendo assim, a Decisão 2000/571/CE, de 8 de setembro de 2000, veio estabelecer a metodologia dos controlos veterinários de produtos provenientes

de países terceiros destinados a zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço.

Estas remessas devem ser submetidas, no PIF de introdução, a um controlo documental e de identidade. O controlo físico não é obrigatoriamente exigido, exceto em situações de suspeita fundamentada.

Os entrepostos em que são entregues e armazenados os produtos são aprovados pela autoridade competente, mediante o cumprimento de requisitos estruturais e operacionais. Todo o processo de armazenamento deve ser controlado pelos veterinários oficiais, nomeadamente, o acondicionamento em locais próprios e o controlo da quantidade armazenada.

#### **2.7.6. Reimportações**

As remessas/lote exportados da UE para países terceiros, quando não aprovadas nesses países e, por conseguinte, devolvidas à origem, são denominadas de reimportações e estão sujeitas aos mesmos procedimentos de controlo que têm lugar numa importação de um país terceiro.

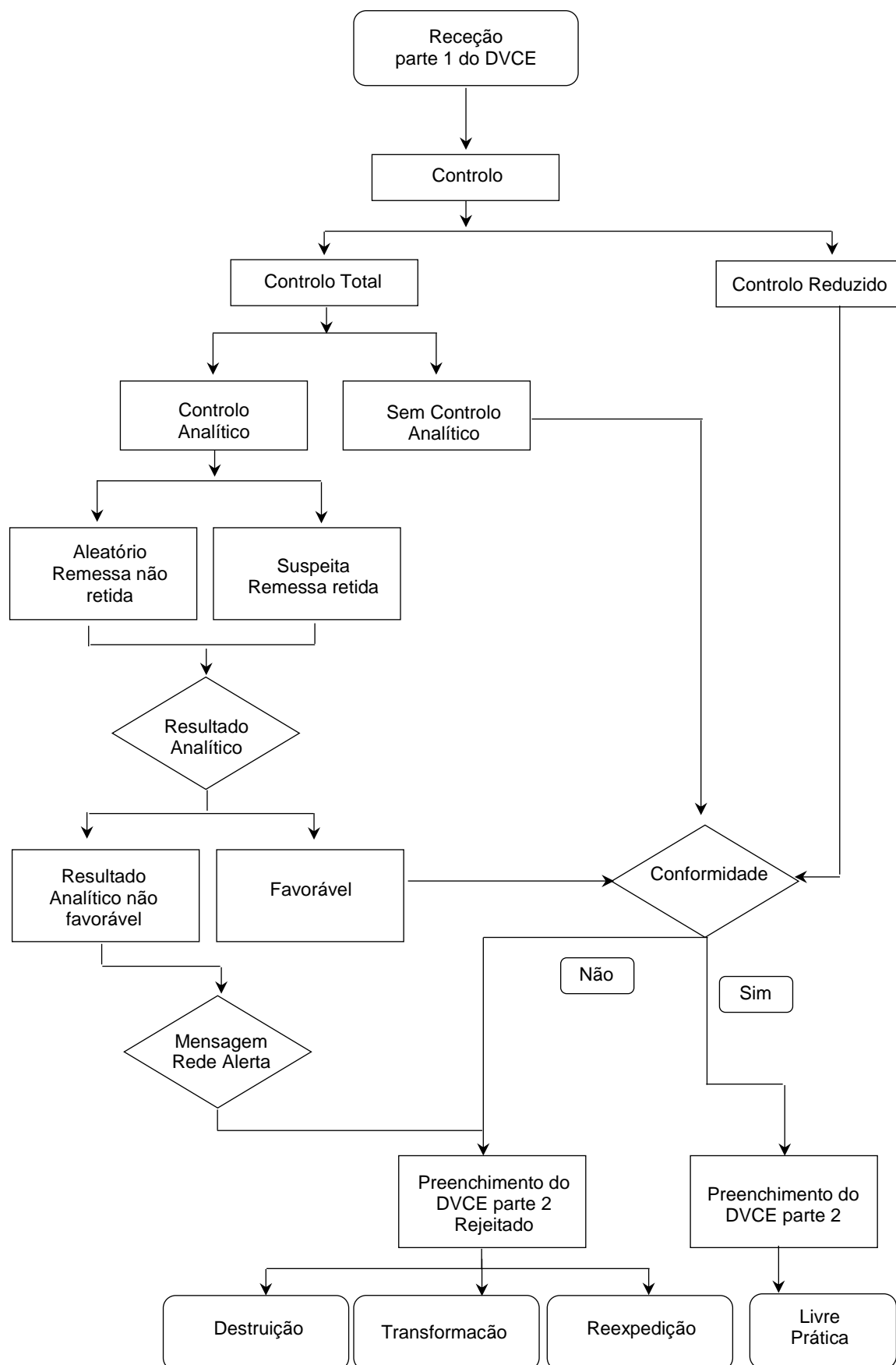
Nestas situações as remessas/lotos são autorizadas a entrar novamente no território da UE, desde que (Artigo 15º da Diretiva 97/78/CE):

1. Possuam o certificado original ou cópia autenticada emitida no EM exportador, sejam acompanhadas da informação referente ao motivo de recusa e garantias de que foram respeitadas as condições de armazenamento e transporte, não tendo sido sujeitas a manipulação, ou
2. No caso de contentores selados na UE, de uma declaração de não manipulação ou descarregamento do conteúdo.

Após os controlos veterinários no PIF, estas remessas/lotos só podem ser encaminhadas ou para o estabelecimento de origem no EM ou para a transformação em subprodutos, sendo o transporte até esses locais efetuado sob supervisão aduaneira, de modo a garantir que chega efetivamente ao destino obrigatório (Artigo 15º da Diretiva 97/78/CE).

Na figura 11 é apresentada uma representação esquemática (diagrama) que exhibe as várias etapas do controlo veterinário fronteiriço referidas anteriormente.

Figura 11: Diagrama das etapas do controlo veterinário fronteiriço (PIF de Lisboa, 2011).



### 3. ESTUDO DE CASOS

---

De seguida, são apresentados seis casos presenciados durante o estágio curricular. Destes seis casos, quatro são referentes ao controlo veterinário de produtos de origem animal destinados ao consumo humano, um referente ao controlo de um produto animal e, por último, um referente ao controlo de animais vivos.

#### 3.1. Controlo veterinário de produtos de origem animal

##### 3.1.1. Caso 1: Importação de produtos da pesca – Peixe

O primeiro caso apresentado relata um controlo veterinário efetuado a uma remessa de peixe proveniente da Nova Zelândia e submetida a controlo no PIF de Lisboa (Tabela 12).

Tabela 12: Detalhes relativos à importação de uma remessa de peixe proveniente da Nova Zelândia.

<b>Descrição da remessa</b>	Produto de origem animal (consumo humano)
<b>Natureza da mercadoria</b>	Maruca rosa ( <i>Genypterus blacodes</i> )
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Nova Zelândia/L15811
<b>País de destino</b>	Portugal
<b>PIF de entrada</b>	Lisboa (Alcântara)
<b>Data</b>	24/10/2011

Foi apresentado no PIF de Lisboa o certificado e documentos relativos a uma remessa de peixe proveniente da Nova Zelândia, cuja chegada ao PIF de Lisboa havia sido previamente notificada. A remessa era composta por 650 embalagens com um total de 15925 kg de peso de maruca rosa (*Genypterus blacodes*) provenientes de um navio congelador com o número de aprovação “L15811”.

O IC informou o veterinário oficial que teria havido um problema com o contentor que transportava a remessa, apresentando documentos sobre o sucedido, os quais informavam de uma “fuga de gás” no contentor. Por este motivo, e consequente risco de explosão e quebra da cadeia de frio, a remessa foi deslocada para um novo contentor, no último porto de paragem do navio antes da chegada ao porto de Lisboa. Perante esta informação, o veterinário oficial contactou a empresa marítima responsável pelo contentor para que estes fornecessem o relatório com o valor das temperaturas praticadas no interior do contentor até ao momento da trasfega da remessa.



Entretanto, iniciou-se o controlo do certificado e restantes documentos, com resultado satisfatório dos seguintes requisitos:

- Tratava-se de um certificado original.
- O país terceiro, neste caso a Nova Zelândia, estava autorizado na exportação de produtos da pesca para a UE, assim como o navio congelador com o número de aprovação “L15811”.
- O modelo de certificado apresentado estava conforme o modelo estabelecido para o produto em questão.
- Estava conforme os princípios gerais de certificação estabelecidos no Anexo IV da Diretiva 2002/99/CE.
- Estava corretamente preenchido e assinado por um veterinário oficial ao serviço da autoridade competente do país de expedição.
- A parte 1 do DVCE estava corretamente preenchida e a informação dela constante correspondia à informação contida no certificado oficial.

Apesar do acordo estabelecido entre a UE e a Nova Zelândia que permite a realização de controlos reduzidos, diante desta situação particular, a remessa foi submetida a um controlo total, com controlo de identidade e físico.

O controlo de identidade permitiu averiguar que, de facto, o número de contentor e selo não eram compatíveis com os mencionados no certificado de origem. O contentor foi de seguida aberto, com medição imediata da temperatura externa, a qual estava dentro dos valores normais para produtos congelados.

Foram retiradas 5 embalagens e encaminhadas para a sala de inspeção para continuação do controlo de identidade e realização de controlo físico. Os carimbos, etiquetas e marcas sanitárias presentes nas embalagens eram compatíveis com os mencionados no certificado sanitário.

O controlo físico efetuado englobou: exames sensoriais, com avaliação do aspeto, cheiro, cor e consistência; descongelamento e cozedura.

Embora os controlos fossem aparentemente satisfatórios, devido ao problema detetado no contentor inicial, com possível quebra da cadeia de frio, a remessa ficou retida sob responsabilidade do veterinário oficial até à chegada do relatório de temperaturas da companhia marítima.

Posteriormente, a companhia marítima informou o PIF de Lisboa acerca da impossibilidade do envio do relatório de temperaturas do contentor, devido aos riscos comportados pela situação de perda de gás. No entanto, forneceu um relatório realizado durante a mudança de contentor, antes da operação de transferência da carga.

No relatório era mencionado que o contentor já estava aberto e os selos removidos aquando da chegada dos inspetores ao local, não tendo por isso sido possível a confirmação dos dados constantes no selo e se estes se encontravam intactos. Além disso, apesar da aparente boa aparência da maioria das embalagens, existiram zonas consideráveis de acumulação de gelo e embalagens molhadas e danificadas, sinais compatíveis com o processo de descongelação (Figura 12).

Por esse motivo foram realizadas várias medições da temperatura interna utilizando um termómetro certificado (Figura 13).

Figura12: Embalagens danificadas e molhadas durante a mudança de contentor (PIF de Lisboa, 2011).



Figura 13: Medição da temperatura interna realizada durante a mudança de contentor (PIF de Lisboa, 2011).



A média de temperaturas obtida foi de -7.8 °C, valor muito superior ao mínimo permitido pela legislação europeia durante o transporte de produtos congelados.

Como conclusão final o relatório referia que as temperaturas apuradas eram demasiado elevadas, com evidente quebra da cadeia de frio.

O veterinário oficial responsável do PIF de Lisboa perante as evidências de rutura da cadeia de frio, procedeu à rejeição da remessa, conforme a alínea b do ponto 1 do Capítulo VIII, da Secção VIII do Regulamento (CE) nº 853/2004: “Os produtos da pesca congelados (...) devem durante o transporte, ser mantidos a uma temperatura constante não superior a -18°C, em todos os pontos do produto, com possíveis subidas de 3°C no máximo”.

Foi posteriormente acordado entre a autoridade competente e o importador que o destino a dar à remessa seria a destruição, a qual aconteceu dias depois num estabelecimento aprovado para tal.

### 3.1.2. Caso 2: Importação de produtos da pesca – Moluscos

O segundo caso apresentado diz respeito a uma importação de chocos (*Sepia pharaonis*) provenientes da Índia e submetidos a controlo veterinário no PIF de Lisboa (Tabela 13).

Tabela 13: Detalhes relativos à importação de uma remessa de cefalópodes provenientes da Índia.

<b>Descrição da remessa</b>	Produto de origem animal (consumo humano)
<b>Natureza da mercadoria</b>	Choco ( <i>Sepia pharaonis</i> )
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Índia/761
<b>País de destino</b>	Portugal
<b>PIF de entrada</b>	Lisboa (Alcântara)
<b>Data</b>	27/09/2011

Foi recebido no PIF de Lisboa um certificado oficial referente a uma remessa de chocos congelados proveniente da Índia e com destino a Portugal, notificados previamente através da entrega da parte I do DVCE. Era composta por 2000 embalagens com um total de 20000 kg de peso de chocos (*Sepia pharaonis*) provenientes do estabelecimento “M/s Verónica Marine Exports Private Limited” com o número de aprovação “761”. Foi realizado o controlo documental com resultado satisfatório dos seguintes parâmetros:

- Tratava-se de um certificado original.
- O país terceiro, neste caso Índia, estava autorizado na exportação de produtos da pesca para a UE, assim como o estabelecimento com o número de aprovação “761”.
- O modelo de certificado apresentado estava conforme o modelo estabelecido para o produto em questão.
- Estava conforme os princípios gerais de certificação estabelecidos no anexo IV da Diretiva 2002/99/CE.
- Estava corretamente preenchido e assinado por um veterinário oficial ao serviço da autoridade competente do país de expedição.
- A parte 1 do DVCE estava corretamente preenchida e a informação dela constante correspondia à informação contida no certificado oficial.

Contudo, durante a verificação de notificações de alerta no sistema RASFF, foi verificada a existência de uma notificação referente à presença de cádmio em chocos provenientes do mesmo estabelecimento de origem.



Desta forma, e de acordo com o Artigo 24º da Diretiva 97/78/CE, todos os EM devem reforçar os controlos sobre as mesmas remessas de produtos com a mesma origem, em especial as dez remessas sucessivas, as quais devem ser apreendidas e sujeitas a controlo analítico. Foi atribuído um controlo documental favorável, no entanto a remessa foi assinalada para realização de controlo analítico.

Dias depois a remessa chegou ao Porto de Lisboa e foi encaminhada para as instalações do centro de inspeção de Alcântara, onde foi realizado o controlo de identidade e físico. Foi inicialmente realizado o controlo de selo, o qual estava intacto e o respetivo número correspondia com o constante no certificado. O contentor foi de seguida aberto, com medição imediata da temperatura externa, e foram selecionadas cinco embalagens para controlo na sala de inspeção (Figura 14). Estas foram abertas e averiguados os carimbos, etiquetas e marcas sanitárias presentes para controlo de identidade (Figura 15).

Figura 14: Abertura do contentor (Original).



Figura 15: Controlo de identidade dos chocos (*Sepia pharaonis*) (Original).



O controlo físico efetuado englobou: exames sensoriais, com avaliação do aspeto, cheiro, cor e consistência; descongelamento e medição do pH. Embora os controlos previamente efetuados fossem aparentemente satisfatórios, devido à notificação de alerta para resíduos de cádmio foi realizada uma recolha de amostras para controlo analítico (Figura 16).

Foram recolhidas 3 amostras diferentes, uma que foi enviada para o laboratório para realização do ensaio analítico, e as duas restantes que ficaram no PIF de Lisboa sob controlo do veterinário oficial caso fosse necessário a repetição do ensaio.

As embalagens usadas no controlo de identidade e físico foram fechadas com fita identificando o PIF de Lisboa e a autoridade competente, e novamente colocadas no contentor, o qual foi de seguida selado com um novo selo do PIF de Lisboa (Figura 17).

As amostras foram enviadas para o IPIMAR, o laboratório de referência aprovado para a realização do respetivo controlo analítico.

Uma vez que se tratava de uma situação de controlo reforçado por suspeita, devido a uma infração grave, a remessa ficou sob controlo veterinário enquanto o resultado analítico estava pendente. Uma semana depois foi recebido no PIF de Lisboa o relatório analítico com um resultado favorável, ou seja, não foi detetada a presença de resíduos de cádmio, pelo que o veterinário oficial atribuiu livre prática à remessa e esta foi libertada.

Figura 16: Colheita de amostra da remessa de *Sepia pharaonis* para controlo analítico (Original).

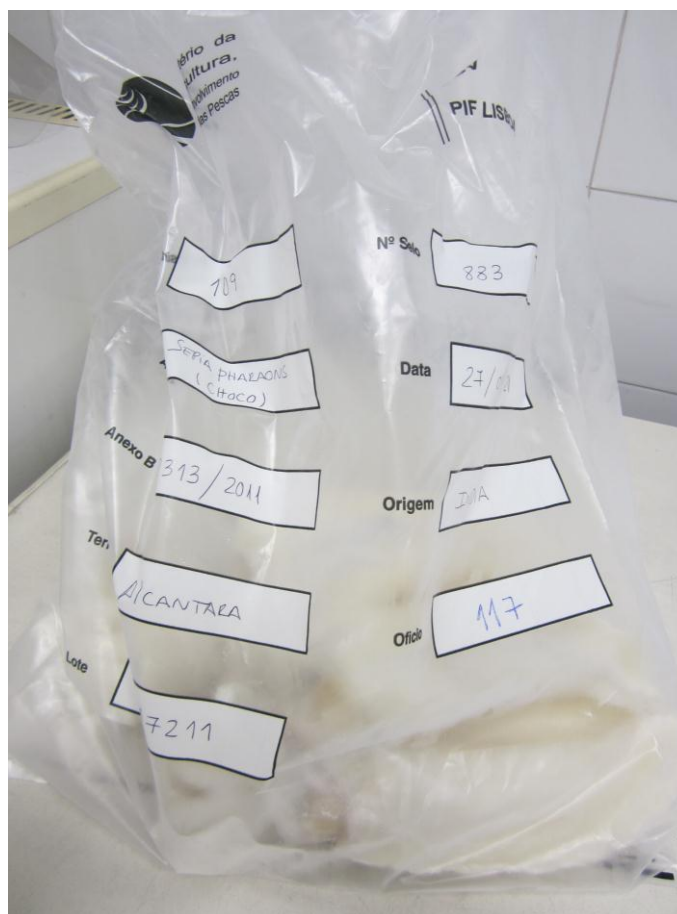


Figura 17: Selagem do contentor com o selo do PIF de Lisboa (Original).



### 3.1.3. Caso 3: Importação de produtos da pesca – Crustáceos

O terceiro caso relatado é sobre o controlo veterinário efetuado numa remessa de camarões (*Penaeus monodon*) provenientes do Bangladesh (Tabela 14).

Tabela 14: Detalhes relativos à importação de uma remessa de crustáceos provenientes do Bangladesh.

<b>Descrição da remessa</b>	Produto de origem animal (consumo humano)
<b>Natureza da mercadoria</b>	Camarão tigre ( <i>Penaeus monodon</i> )
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Bangladeche/KLN-02
<b>País de destino</b>	Portugal
<b>PIF de entrada</b>	Lisboa (Alcântara)
<b>Data</b>	27/10/2011

Após a receção da notificação, certificado e documentos oficiais referentes a uma remessa de crustáceos provenientes do Bangladesh e com destino a Portugal, foi de seguida iniciada a realização do controlo documental da remessa em causa. Esta era composta por 1800 embalagens com um total de 18000 kg de camarão tigre congelado (*Penaeus monodon*) oriundos de um estabelecimento de criação, denominado “Jahanabad Sea Foods Ltd”, com o número de aprovação “KLN-02”.

Embora seja permitida a importação de crustáceos provenientes do Bangladesh e destinados ao consumo humano, é necessário ter em conta os requisitos estabelecidos na Decisão 2010/387/UE, como mencionado anteriormente. Esta define medidas de emergência, devido a deficiências no que diz respeito ao sistema de controlo de resíduos nos crustáceos de aquacultura provenientes do Bangladesh. Desta forma, é obrigatório as remessas serem acompanhadas dos resultados de um ensaio analítico efetuado no local de origem para assegurar a ausência de resíduos de substâncias farmacologicamente ativas, em especial cloranfenicol, tetraciclina, oxitetraciclina, clorotetraciclina, metabolitos de nitrofuranos, verde malaquite e violeta de cristal e respetivos leuco-metabolitos. Além disso, os EM devem ainda realizar, mediante planos de amostragem adequados, a colheita de amostras oficiais de pelo menos 20% das remessas.

O controlo documental permitiu averiguar os seguintes requisitos:

- Tratava-se de um certificado original.
- O país terceiro, neste caso o Bangladesh, estava autorizado na exportação de produtos da pesca para a UE, assim como o estabelecimento com o número de aprovação “KLN-



02". Além disso, este estabelecimento estava igualmente aprovado na exportação de produtos da pesca oriundos de sistemas de aquacultura.

- O certificado vinha acompanhado de documentos oficiais referentes a ensaios analíticos realizados na origem, que demonstravam a ausência de resíduos das substâncias enunciadas anteriormente.
- O modelo de certificado apresentado estava conforme o modelo estabelecido para o produto em questão.
- Estava conforme os princípios gerais de certificação estabelecidos no Anexo IV da Diretiva 2002/99/CE.
- Estava corretamente preenchido e assinado por um veterinário oficial ao serviço da autoridade competente do país de expedição.
- A parte 1 do DVCE estava corretamente preenchida e a informação dela constante correspondia à informação contida no certificado oficial.

Contudo, por norma a cumprir os 20% de remessas sujeitas a controlo analítico, como estipulado na Decisão 2010/387/UE, a remessa em questão foi selecionada para controlos reforçados.

Após a chegada do contentor ao centro de inspeção de Alcântara, foi realizado o controlo de selo e o contentor aberto com medição imediata da temperatura externa. Foram selecionadas quatro embalagens para controlo de identidade e físico (Figura 18).

Figura 18: Controlo de identidade do camarão tigre (*Penaeus monodon*) (Original).



O controlo físico consistiu no descongelamento de uma amostra do produto e execução de exames sensoriais, com avaliação do aspeto, cheiro, cor e consistência. Foi, por fim, realizada a recolha de amostras para controlo analítico. Foram colhidas duas amostras separadamente (seis no total, devido às amostras suplentes), uma para deteção de cloranfenicol, tetraciclina, oxitetraciclina, clorotetraciclina, verde malaquite e violeta de cristal e respetivos leuco-metabolitos e outra para deteção de metabolitos de nitrofuranos. São colhidas duas amostras diferentes devido à reação dos metabolitos de nitrofuranos à luz, necessitando de condições especiais de transporte que evitem tal reacção (Figura 19).

As embalagens foram fechadas com fita identificando o PIF de Lisboa e a autoridade competente, e novamente colocadas no contentor, o qual foi de seguida selado com um novo selo do PIF de Lisboa.

As amostras foram posteriormente enviadas para o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV), e a remessa retida até conhecimento dos resultados. O relatório foi recebido duas semanas depois, reconhecendo a ausência das substâncias analisadas (à semelhança do relatório analítico feito na origem), razão pela qual a remessa foi libertada com controlo veterinário satisfatório.

Figura 19: Amostras da remessa de *Penaeus monodon* para controlo analítico (Original).





### 3.1.4. Caso 4: Importação de carne de aves

Este quarto caso reporta um controlo veterinário realizado no PIF de Roterdão a uma remessa de carne de peru (*Meleagris gallopavo*) proveniente do Brasil (Tabela 15).

Tabela 15: Detalhes relativos à importação da carne de aves proveniente do Brasil.

<b>Descrição da remessa</b>	Produto de origem animal (consumo humano)
<b>Natureza da mercadoria</b>	Carne de peru ( <i>Meleagris gallopavo</i> )
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Brasil/2014
<b>País de destino</b>	Holanda
<b>PIF de entrada</b>	Roterdão ( <i>Eurofrigo Abel Tasmanstraat</i> )
<b>Data</b>	14/02/2012

Deu entrada no centro de inspeção *Eurofrigo Abel Tasmanstraat*, para controlo de identidade e físico, um contentor transportando uma remessa de carne de peru proveniente do Brasil e com destino à Holanda. Esta remessa era constituída por 28 paletes de peito de peru congelado, com um peso total de 16600 kg, provenientes do estabelecimento “BRF - Brasil Foods S.A”, com o número de aprovação “2014” (Figura 20).

Figura 20: Pallet de peito de peru congelado proveniente do Brasil (Original).



O controlo documental foi previamente dado como satisfatório pelos serviços alfandegários, e o resultado do controlo transmitido, via VGC, aos veterinários oficiais de serviço nos centros de inspeção, juntamente com cópias do certificado que acompanha a remessa.

O controlo veterinário foi prosseguido por um dos *controllers*, que iniciou o controlo com a observação do selo e respetivo número, de modo a confirmar a correspondência com o constante no certificado. O contentor foi de seguida aberto, e seleccionadas duas paletes para controlo de identidade e físico na sala de inspeção.

O controlo físico efetuado englobou: medição da temperatura do produto (Figura 21); corte, descongelamento e cozedura; e exames sensoriais, com avaliação do aspeto, cheiro, consistência e sabor (Figura 22).

Figura 21: Medição da temperatura (Original).



Após os controlos, as paletes foram fechadas e identificadas como sujeitas a controlo veterinário através da aposição de um rótulo do PIF de Roterdão, identificando igualmente a autoridade competente responsável (Figura 23).

Uma vez que todos os controlos realizados foram satisfatórios, sem qualquer dúvida ou suspeita, o *controller* transmitiu ao veterinário oficial o resultado dos controlos, o qual atribuiu livre prática à remessa.



Figura 22: Corte do produto para realização de descongelamento e cozedura (Original).



Figura 23: Rótulo de inspeção do PIF de Roterdão (Original).



### 3.2. Controlo veterinário de produtos animais

#### 3.2.1. Caso 5: Importação de sémen

O quinto caso descreve a importação de uma remessa de sémen de bovino proveniente do Canadá e sujeito a controlo no PIF de Amesterdão (Tabela 16).

Tabela 16: Detalhes relativos à importação de sémen de bovino proveniente do Canadá.

<b>Descrição da remessa</b>	Produto animal
<b>Natureza da mercadoria</b>	Sémen de bovino
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Canadá/CAN200
<b>País de destino</b>	Bélgica
<b>PIF de entrada</b>	Schiphol ( <i>Freshport</i> )
<b>Data</b>	16/03/2012

Chegou ao aeroporto *Schiphol*, no dia 16 de março de 2012, uma remessa constituída por um recipiente de azoto líquido contendo sémen de bovino proveniente do Canadá e com destino à Bélgica. O sémen era oriundo do estabelecimento “The Semex Alliance”, um centro de armazenamento de sémen canadiano, com o número de aprovação “CAN200”.

O certificado e documentos que acompanhavam o produto foram previamente analisados pelos serviços alfandegários, tendo em conta os requisitos enunciados na Diretiva 88/407/CEE, que fixa as exigências de polícia sanitária aplicáveis às importações de sémen de animais da espécie bovina, e na Decisão 2011/630/CE, relativa às importações na UE de sémen de animais domésticos da espécie bovina.

A Decisão 2011/630/CE estabelece os requisitos de certificação de tais importações, contudo no caso de remessas provenientes no Canadá, os requisitos de certificação estão simplificados e constam da Decisão 2005/290/CE, devido ao acordo especial entre a UE e o Canadá.

O controlo documental encontrava-se confirmado como satisfatório no sistema VGC, de modo que os veterinários oficiais e *controllers* de serviço no centro de inspeção *Freshport* prosseguiram o controlo veterinário.

Foi efetuado um controlo de identidade, com controlo de selo (colocado no recipiente de azoto líquido pela autoridade veterinária do país de expedição) e de rotulagem para confirmação da correspondência com os dados constantes do certificado veterinário, e ainda, abertura do recipiente para inspeção do conteúdo.

O controlo físico não foi realizado, uma vez que devido ao acordo entre a UE e o Canadá, devem ser realizados controlos físicos apenas em 10% das remessas de sêmen importadas. Uma vez que o recipiente foi aberto para inspeção do seu conteúdo, após finalização do controlo, foi novamente colocado um selo e postado um rótulo, declarando o controlo realizado sob a responsabilidade da autoridade competente holandesa (Figura 24).

Como não foi detetada qualquer irregularidade durante os controlos, o veterinário oficial atestou um controlo veterinário satisfatório.

Figura 24: Controlo de identidade do sêmen de bovino proveniente do Canadá (Original).



### 3.3. Controlo veterinário de animais vivos

#### 3.3.1. Caso 6: Importação temporária de equídeos

O sexto e último caso relata uma situação de importação temporária de equídeos provenientes dos Estados Unidos da América, e submetidos a controlo no PIF de Amesterdão (Tabela 17).



Tabela 17: Detalhes relativos à importação temporária de equinos provenientes dos Estados Unidos da América.

<b>Descrição</b>	Animais vivos
<b>Espécie animal</b>	Equino ( <i>Equus ferus</i> )
<b>País/Estabelecimento de origem</b>	Estados Unidos da América
<b>País de destino</b>	Alemanha
<b>PIF de entrada</b>	Schiphol ( <i>KLM Animal Hotel</i> )
<b>Data</b>	21/03/2012

Existem 3 tipos de importação de equídeos para a UE:

- Admissão temporária de equídeos registados durante um período inferior a 90 dias.
- Re-entrada de equídeos registados, devido a competições ou eventos desportivos, após exportação temporária máxima de 30 dias.
- Importação de equídeos destinados a matadouros ou equídeos destinados para centros de criação ou rendimento.

Entenda-se por Equídeos registados “qualquer equídeo registado, tal como definido na Diretiva 90/427/CEE, identificado através de um documento de identificação emitido pela autoridade de criação ou qualquer outra autoridade competente do país de origem do equídeo responsável pelo livro genealógico ou pelo registo da raça desse equídeo ou qualquer associação ou organização internacional responsável por cavalos para concursos ou corridas” como definido no Artigo 2º da Diretiva 90/426/CEE, relativa às condições de policia sanitária que regem a circulação de equídeos e as importações de equídeos provenientes de países terceiros.

No dia 21 de março de 2012, chegaram ao centro de inspeção *KLM Animal Hotel* três equinos registados para admissão temporária, devido a eventos desportivos, provenientes dos Estados Unidos da América e com destino à Alemanha (Figura 25).

O controlo documental foi realizado pelos serviços alfandegários tendo em conta os princípios estabelecidos na Diretiva 90/426/CEE, assim como na Decisão 92/260/CEE, relativa às condições sanitárias e à certificação sanitária requeridas para a admissão temporária de cavalos registados.

Após confirmação de um controlo documental satisfatório, o veterinário oficial e *controller* prosseguiram com o controlo de identidade e físico.

O controlo de identidade permitiu confirmar a espécie e género, assim como averiguar a identidade dos equinos, através da leitura do seu número de identificação (*microchip*).



O exame clínico geral não evidenciou qualquer sinal de doença e incluiu a avaliação dos movimentos dos cascos, da presença de exsudados nasais ou oculares, deteção de lesões, avaliação da condição da pelagem e cor das mucosas (Figura 26).

Uma vez que o controlo veterinário dos três animais foi satisfatório, foram-lhes atribuídas as admissões temporárias na UE, durante um período máximo de 90 dias.

Figura 25: Chegada dos equinos ao centro de inspeção *KLM Animal Hotel* (Original).



Figura 26: Controlo físico a um dos equinos (Original).



## 4. DISCUSSÃO

---

O sistema dos controlos veterinários aplicado às importações de produtos e animais vivos provenientes de países terceiros, visa assegurar o cumprimento dos requisitos sanitários necessários para o comércio internacional, os quais contribuem para a preservação dos elevados níveis de segurança e qualidade exigidos na UE.

A verdade é que os controlos veterinários são um ato imprescindível para a salvaguarda da segurança das populações da UE, uma vez que sendo a UE o principal importador do mundo, pode-se afirmar, com alguma segurança, que praticamente todos os cidadãos contactam com produtos e/ou animais provenientes de países terceiros que foram controlados num PIF.

Existe uma enorme quantidade e diversidade de produtos e animais vivos que têm de ser sujeitos a controlo (Decisão 2007/275/CE). Por isso, também a legislação europeia estabelece múltiplos requisitos e protocolos relativos ao modo como deve ser realizado o controlo de tais bens transacionáveis, como ficou demonstrado nos casos apresentados neste documento. Além disso, existem constantes actualizações substituições a estes requisitos e protocolos, que implicam respostas e implementações rápidas por parte das autoridades competentes de cada EM e dos médicos veterinários oficiais.

Esta é uma das áreas de atuação dos médicos veterinários mais abrangente e dinâmica, necessitando de profissionais altamente organizados e constantemente informados. Contudo, não só o papel dos médicos veterinários é fundamental, mas também o de todos os outros intervenientes no processo de importação, desde exportadores, autoridades veterinárias dos países terceiros, serviços alfandegários, importadores, interessados no carregamento, entre outros.

A implementação dos sistemas informáticos, TRACES e RASFF, foi um ponto fulcral no progresso da harmonização dos controlos veterinários e na gestão de risco em matéria de saúde animal e segurança sanitária dos alimentos na UE. Hoje em dia, seria impossível a existência de um sistema de rastreabilidade das trocas comerciais e controlos veterinários eficaz sem o seu auxílio. No entanto, existem ainda EM que até há pouco tempo não utilizavam ainda qualquer um dos sistemas, e outros que utilizavam os seus próprios sistemas nacionais com características semelhantes ao sistema TRACES, como é o caso dos PIF Holandeses, descritos neste trabalho.

Os PIF de Lisboa, Roterdão e Amesterdão, são uns dos muitos PIF distribuídos ao longo dos EM da UE, e que serviram de referência para este estudo sobre o tema dos controlos veterinários fronteiriços. Durante o tempo de estágio foi possível, não só, observar e participar nos procedimentos relacionados com os controlos veterinários nos PIF, mas também analisar toda a base legislativa, de modo a formar uma visão crítica sobre o tema.

O PIF de Lisboa, embora não seja de grandes dimensões, nem um dos principais a nível europeu, é de importância igualmente relevante, uma vez que os procedimentos e as operações executadas são as mesmas, com os mesmos riscos associados, apenas com um menor número de remessas/lotos por controlar.

Os PIF Holandeses, de Roterdão e Amesterdão, representam dois dos principais PIF europeus, em parte devido à localização privilegiada e grandes dimensões do aeroporto Schiphol e porto de Roterdão, o qual também possui uma já longa história nas rotas marítimas do comércio internacional.

Apesar de todos os PIF terem de cumprir as regras e requisitos estipulados pela legislação europeia, existem abordagens distintas, como demonstrado anteriormente, devido em parte ao delineamento de diferentes diretrizes por parte das autoridades competentes de cada EM, mas também pelo volume e diversidade de produtos e/ou animais controlados. As capacidades e métodos operacionais utilizados nos PIF Holandeses diferem das do PIF de Lisboa, e também de outros PIF europeus, sobretudo devido ao volume de remessas e lotes que necessitam de controlar diariamente, sendo esta a principal razão das diferenças entre eles.

O PIF de Lisboa tem, de forma geral, evoluído positivamente, como foi possível constatar nos diferentes relatórios das missões de auditoria europeia aos PIF portugueses, realizadas pelos serviços competentes da DG SANCO (FVO, 2000; FVO, 2002; FVO, 2004; FVO, 2006; FVO, 2008 e FVO, 2009). Esses relatórios demonstram que se registaram alguns progressos, sobretudo ao nível operacional, nos últimos anos. A auditoria realizada no ano 2000 relatava múltiplas falhas em matéria de instalações, procedimentos, registos, documentação e pessoal, não cumprindo as exigências mínimas estipuladas no Anexo da Decisão 2001/812/CE (FVO, 2000). Entre elas destacavam-se: A falta de pessoal, cujo número foi considerado insuficiente para a realização dos controlos; Falta de formação e treino dos médicos veterinários; Salas de inspeção com condições deficientes e que propiciavam o risco de contaminações cruzadas; Falta de equipamentos necessários para execução dos controlos; Falta de instalações para retenção e armazenamento de remessas; Níveis de higiene inadequados; Sistema de registos incompleto e algumas falhas nos controlos documentais, de identidade e físicos efectuados. As missões de auditoria realizadas posteriormente demonstraram uma evolução clara ao longo dos anos e o cumprimento de muitas das recomendações estabelecidas, sobretudo as referentes aos requisitos mínimos necessários estipulados no Anexo da Decisão 2001/812/CE (FVO, 2002; FVO, 2004; FVO, 2006; FVO, 2008 e FVO, 2009).

.

Contudo, apesar da sua evolução positiva em vários aspetos, os serviços continuam a ter alguns problemas, nomeadamente a nível de infraestruturas e serviços de apoio, conforme foi referido recorrentemente nos últimos relatórios da FVO (FVO, 2008; FVO, 2009).

O posto de inspeção localizado no aeroporto de Lisboa detinha há alguns anos atrás aprovação para controlo de animais de grande porte, como equídeos, bovinos, ovinos e até animais selvagens. No entanto, devido a falta de infraestruturas e condições para a receção e controlo destes animais, que comportava riscos para a sua saúde e bem estar, e a não resolução deste problema, apontado pelas sucessivas missões de auditoria anteriores, conduziu à remoção da aprovação do controlo de tais animais. Sendo Portugal um país com tradições ligadas a eventos equestres e cada vez com mais parques animais e jardins zoológicos, não faz sentido que tal situação não seja resolvida. Esta poderia ser facilmente alterada com algum apoio por parte de entidades como a “ANA, Aeroportos de Portugal” ou mesmo das empresas de *handling* ou a companhia aérea “TAP”. Exemplo disso é o PIF de Amesterdão, no aeroporto *Schiphol*, cujas excelentes instalações e gestão dos animais que chegam ao PIF para controlo veterinário, são responsabilidade da companhia aérea holandesa “KLM”.

Outro problema relacionado com serviços de apoio diz respeito aos laboratórios portugueses aprovados pela Comissão Europeia para realização de ensaios analíticos. A resposta dada por estes laboratórios foi sempre considerada insuficiente para tornar o sistema eficaz. Já no ano de 2002, no relatório do FVO relativo a uma missão realizada em oito EM para apreciação da implementação de medidas de salvaguarda e controlos reforçados nos PIF, o período de espera dos resultados analíticos em Portugal era superior aos dos restantes EM avaliados, chegando em alguns casos a corresponder ao dobro do tempo.

Até ao presente não se registaram melhorias significativas neste sentido, continuando o tempo de espera dos resultados a ser, nalguns controlos analíticos, muito superior ao que seria desejável. Os principais motivos invocados pelas autoridades portuguesas dizem respeito a falta de equipamento e também problemas com carência de recursos humanos. É exemplo disso o caso número três apresentado neste documento, sobre a importação de crustáceos do Bangladeche. O resultado analítico referente à pesquisa de nitrofuranos e seus metabolitos foi recebido bastante tempo depois do envio das amostras devido à falta inicial de reagentes para a realização do ensaio. No entanto, foram presenciados casos em que existiu total impossibilidade de realização dos ensaios. Esta conjuntura resulta no envio das amostras para laboratórios localizados em outros EM, no caso de obrigatoriedade dos resultados para libertação das remessas, ou mesmo na não realização de certos ensaios, no caso de controlos analíticos realizados ao abrigo dos planos de vigilância. O envio das amostras para laboratórios em outros EM comporta várias desvantagens, em parte devido aos problemas relacionados com o seu transporte, uma vez que se trata de produtos

perecíveis, mas também devido aos custos adicionais que têm de ser suportados pela autoridade competente, a DGAV.

Outro dos problemas existentes nas operações de controlo no PIF de Lisboa diz respeito à incapacidade de consulta dos manifestos dos navios que chegam diariamente ao porto de Lisboa, ação que deveria ser realizada diariamente. Em parte deve-se à fraca cooperação entre os serviços aduaneiros e serviços veterinários, um problema recorrente referenciado pelo FVO ao longo dos anos em todos os seus relatórios. A situação contrária verifica-se na Holanda, onde as duas entidades trabalham em estreita colaboração. Esta condição permite um controlo mais apertado sobre as remessas ou lotes que chegam aos pontos de entrada da UE, uma vez que os funcionários alfandegários recebem formação específica sobre a área dos controlos veterinários, e utilizam, inclusivamente, os mesmos sistemas informáticos que os médicos veterinários oficiais.

O facto de não existir uma estreita cooperação entre a alfândega e o PIF de Lisboa, conduz a casos de não conhecimento, por parte dos médicos veterinários oficiais, da descarga e armazenamento de remessas passíveis de controlo veterinário na zona portuária, se estas não forem notificadas pelo interessado no carregamento. No posto de inspeção localizado no aeroporto de Lisboa existem igualmente desvantagens resultantes desta falta de cooperação, como durante o controlo de produtos de origem animal transportados nas bagagens dos passageiros. Este controlo está inteiramente sob responsabilidade dos funcionários da alfândega, sem supervisão da autoridade veterinária ou formação específica destes funcionários na área dos controlos veterinários. A falta de um controlo apertado sobre os produtos transportados nas bagagens de passageiros foi também um dos problemas referenciados continuamente pelo FVO e que aparentemente continua sem uma resolução eficiente.

Relativamente à situação da consulta dos manifestos, esta aparentava estar a ser discutida entre a autoridade aduaneira, administração do porto de Lisboa e o PIF de Lisboa, de modo a chegar a uma solução que permitisse aos médicos veterinários oficiais terem acesso a sistemas electrónicos com as informações dos manifestos.

Outro problema identificado foi o que decorreu da análise das condições de infraestruturas e equipamentos. Apesar das melhorias realizadas desde o ano de 2000, as quais foram extremamente importantes, existem ainda aspectos que necessitam de aperfeiçoamentos tendo em vista tornar o sistema de controlos mais competente. Entre eles, destacam-se a inexistência de um sistema de climatização nos cais de descargas de produtos refrigerados e congelados, ficando estes sujeitos a temperaturas inadequadas durante a abertura dos contentores e posterior controlo veterinário. O mesmo foi constatado com as salas de inspeção, onde os produtos permaneciam à temperatura ambiente durante todo o processo de controlo.

Constatou-se que apenas existia uma sala de inspeção de produtos destinados ao consumo humano, de modo que qualquer que seja o tipo de produto, carne ou produtos da pesca, estes foram sempre controlados no mesmo local, na mesma bancada e com o mesmo equipamento. Estes foram lavados e desinfetados entre os controlos, mas em dias de muito movimento, com muitas remessas sucessivas para controlo, a sua lavagem e desinfecção cuidada pode ser descurada. Todos estes aspetos, apesar de não serem requisitos mínimos obrigatórios, podem colocar em risco a higiene dos géneros alimentícios submetidos a controlo e conduzir a situações de contaminação cruzada.

Por último, outro aspeto que é importante referir, diz respeito ao tratamento dos resíduos resultantes dos controlos e resíduos dos navios que arvoreem pavilhão de um país terceiro. Este é outro dos problemas recorrentes e alvo de recomendações da parte do FVO, mas que ainda apresenta inconsistências.

A sala de inspeção não dispunha de diferentes recipientes para resíduos sólidos urbanos e subprodutos que resultam dos produtos sujeitos a controlo físico, de forma que estes são misturados num mesmo recipiente de resíduos sólidos urbanos sem qualquer tratamento de eliminação especial.

O mesmo se verificou com os resíduos dos navios de carga ou outros, por exemplo turísticos ou militares, durante o tempo que permaneceram no porto de Lisboa. Os resíduos sólidos resultantes das suas cozinhas foram originados em produtos provenientes de países terceiros, sobre os quais não recaiu um procedimento de controlo equivalente aos que são praticados na EU, pelo que são descarregados no porto de Lisboa e tratados como resíduos sólidos urbanos e não como subprodutos. Esta situação é suscetível de originar riscos sanitários de grande gravidade, uma vez que há entrada de resíduos potencialmente perigoso no território da UE, sem controlo adequado ou modo de eliminação devido.

O modo de funcionamento dos PIF de Roterdão e Amesterdão poderiam ser tomados como referência a seguir pelos restantes PIF, tanto pelas condições das infraestruturas, como pelos protocolos de trabalho exigentes e eficácia de procedimentos. No entanto, foi possível constatar que ainda tinham um problema referente à utilização adequada do sistema TRACES. Este sistema deveria ser utilizado por todos os EM, pois só assim seria possível um controlo veterinário ativo de todas as trocas comerciais. A autoridade veterinária holandesa desenvolveu o seu sistema nacional, VGC, antes sequer da Comissão Europeia implementar o TRACES, e com funcionalidades de acordo com os protocolos operacionais utilizado nos PIF Holandeses. Apesar das claras semelhanças entre os dois, existem funcionalidades no sistema VGC, como por exemplo o acoplamento de documentos, que não são possíveis no sistema TRACES, e que são essenciais para o processo de controlo realizado nos PIF Holandeses.

Os esforços da Comissão Europeia para alterar esta realidade têm sido muitos, o que levou a autoridade veterinária Holandesa a estabelecer uma ligação direta do sistema VGC ao TRACES, permitindo desta forma a utilização simultânea dos dois sistemas. Porém, esta ligação não funciona, muitas das vezes, de forma adequada, o que faz com que muitos dos controlos não sejam registados no sistema TRACES, afastando de certa forma a Holanda dos restantes EM.

Apesar dos controlos realizados nos PIF dos diversos EM e dos esforços efectuados pela Comissão Europeia e autoridades competentes para que a entrada de produtos e animais cumpra os requisitos estabelecidos, a verdade foi possível constatar que ainda existem formas de contornar este controlo fronteiriço e introduzir no território da UE agentes potencialmente perigosos. Um exemplo disso é o transporte de mercadorias realizado pelas empresas de transporte logístico rápido, como “DHL” ou “FedEx”, ou mesmo os “CTT – Correios de Portugal”. É possível o transporte de qualquer tipo de mercadoria por estas vias, inclusivamente produtos de origem animal, produtos animais ou mesmo animais vivos, sem qualquer supervisão ou controlo veterinário adequado.

O mesmo se pode afirmar de mercadorias provenientes de países terceiros que, não carecendo de controlo veterinário, ainda assim representam um enorme risco sanitário. São exemplo disso: vasos de terra com plantas, fertilizantes orgânicos, guanos e madeiras exóticas, que podem estar contaminados ou veicular formas larvares de hospedeiros intermediários de doenças vectoriais.

De acordo com o relatório anual do FVO de 2008, é possível constatar que na maioria dos EM o sistema de controlos veterinários nos PIF melhorou e foram observadas várias ações corretivas de acordo com as recomendações estabelecidas em relatórios de avaliação realizados anteriormente. Contudo, apesar da constante evolução e progresso dos controlos veterinários fronteiriços, a verdade é que existem ainda aspetos que necessitam de melhorias. Porém, tendo em conta a complexidade desta atividade, os esforços da Comissão Europeia e EM no cumprimento das garantias da segurança dos alimentos e da sanidade animal têm sido notáveis.

## 5. CONCLUSÃO

---

A realização de um estágio curricular na área dos controlos veterinários fronteiriços permitiu compreender o complexo processo existente por de trás das atividades exercidas pelos médicos veterinários oficiais que desempenham funções nos PIF. Durante um período de estágio de aproximadamente 6 meses, com passagem por 3 PIF europeus, foi possível contactar e participar em diversas atividades de controlo de produtos de origem animal, produtos animais, animais vivos e ainda produtos destinados à alimentação animal.

Foi possível constatar que a diversidade e quantidade de produtos e animais que chegam diariamente à UE, provenientes de países terceiros, é vastíssima, assim como os requisitos estabelecidos na legislação europeia para a execução dos seus controlos e aprovação sanitária.

Embora para a criação do mercado único tenha sido necessário harmonizar os procedimentos relativos aos controlos veterinários entre os EM, existem ainda pequenas abordagens distintas por parte de PIF de diferentes EM, como é o caso do PIF de Lisboa e PIF Holandeses. Isto resulta, em parte, do delineamento de diferentes diretrizes por parte das autoridades competentes e também devido à quantidade de produtos e animais sujeitos a ações de controlo.

Os PIF Holandeses destacam-se como uns dos principais pontos de controlo da UE, devido não só à sua localização privilegiada nas rotas comerciais, mas também às suas notáveis capacidades estruturais e operativas.

O PIF de Lisboa, embora com dimensões mais exíguas comparativamente com os PIF Holandeses, representa igualmente um ponto de entrada importante no território da UE. As suas capacidades operacionais têm evoluído nos últimos anos, no entanto, foi possível verificar que existem determinados aspetos, como as suas estruturas de apoio, equipamentos e instalações, que continuam a carecer de melhorias.

O mesmo se pode afirmar, de um modo geral, sobre o sistema de controlos veterinários na UE. Tem sido notória a sua evolução e o compromisso dos vários EM na salvaguarda da sanidade em geral e no progresso do sistema de controlos, porém, existem ainda várias circunstâncias de risco a considerar. Foram identificadas actividades cujo controlo deveria merecer aperfeiçoamentos, sobretudo no que diz respeito a doenças vectoriais cujos hospedeiros intermediários, podem, nas suas formas larvares, contaminar materiais que não são alvo de controlo. As modernas formas de transporte global, altamente influenciadas pelas novas tecnologias, colocam também desafios à capacidade de organização de controlos veterinários.



A complexidade e dificuldade de implementação de procedimentos altamente eficientes e as condições económicas estão certamente nos principais motivos que impedem a completa harmonização e otimização dos controlos veterinários fronteiriços em todos os EM.

Todavia, é importante sublinhar que os PIF representam uma “barreira sanitária” imprescindível para garantir que os produtos provenientes de países terceiros que acedem ao mercado da UE, cumprem com os requisitos que são exigidos pela legislação do mercado interno, contribuindo decisivamente para a salvaguarda do bem estar das populações europeias.

No plano de proteção da saúde dos animais, é também nos PIF que se desencadeiam os procedimentos necessários para evitar que os agentes das doenças exóticas ou já erradicadas se possam difundir, emergir ou reemergir no território da UE.

Esta é uma valência crucial para a estratégia de defesa sanitária, sem a qual, num contexto de mercado global, se poderiam configurar riscos de extrema gravidade.

## BIBLIOGRAFIA

---

- Decisão 94/360/CE de 20 de maio de 1994. Jornal Oficial L 158 de 25/06/1994, p. 41 – 45. *Relativa à frequência reduzida de controlos físicos de remessas de certos produtos a importar de países terceiros nos termos da Directiva 90/675/CEE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 97/132/CE de 17 de dezembro de 1996. Jornal Oficial L 57 de 26/02/1997, p. 4. *Respeitante à conclusão do acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais.* Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 1999/201/CE de 14 de dezembro de 1998. Jornal Oficial L 71 de 18/03/1999, p. 1 – 2. *Sobre a celebração do acordo entre o governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e produtos animais.* Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2000/571/CE de 8 de setembro de 2000. Jornal Oficial L 240 de 23/09/2000, p. 14 – 18. *Estabelece a metodologia dos controlos veterinários de produtos provenientes de países terceiros destinados a zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2001/812/CE de 21 de novembro de 2001. Jornal Oficial L 306 de 23/11/2001, p. 28 – 33. *Estabelece as exigências para a aprovação dos postos de inspeção fronteiriços responsáveis pelo controlo veterinário dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2001/881/CE de 7 de dezembro de 2001. Jornal Oficial L 326 de 11/12/2001, p. 44 – 62. *Estabelece uma lista de postos de inspeção fronteiriços aprovados para a realização dos controlos veterinários de animais vivos e produtos animais provenientes de países terceiros e que atualiza as regras pormenorizadas relativas aos controlos efetuados por peritos da Comissão.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

- Decisão 2003/24/CE de 30 de dezembro de 2003. Jornal Oficial L 8 de 14/01/2003, p. 44 – 45. *Relativa ao desenvolvimento de um sistema informático veterinário integrado.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2004/292/CE de 30 de março de 2004. Jornal Oficial L 94 de 21/03/2004, p. 63 – 64. *Relativa à aplicação do sistema TRACES e que altera a Decisão 92/486/CEE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2005/290/CE de 4 de abril de 2005. Jornal Oficial L 93 de 12/04/2005, p. 34 – 39. *Relativa a certificados simplificados para a importação do Canadá de sêmen de bovino e de carne fresca de suíno e que altera a Decisão 2004/639/CE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2007/275/CE de 17 de abril de 2007. Jornal Oficial L 116 de 04/05/2007, p. 9 – 33. *Relativa às listas de animais e produtos que devem ser sujeitos a controlos nos postos de inspeção fronteiriços em conformidade com as Diretivas 91/496/CEE e 97/78/CE do Conselho.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2010/220/UE de 16 de abril de 2010. Jornal Oficial L 97 de 17/04/2010, p.17 – 18. *Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da pesca criados em exploração importados da Indonésia e destinados ao consumo humano.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2010/381/UE de 8 de julho de 2010. Jornal Oficial L 174 de 9/07/2010, p. 51 – 53. *Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da aquacultura importados da Índia e destinados ao consumo humano.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2010/387/UE de 12 de julho de 2010. Jornal Oficial L 178 de 13/07/2010, p. 31 – 33. *Altera a Decisão 2008/630/CE relativa a medidas de emergência aplicáveis aos crustáceos importados do Bangladeche e destinados ao consumo humano.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.
- Decisão 2011/630/UE de 20 de setembro de 2011. Jornal Oficial L 247 de 24/09/2011, p. 32 – 46. *Relativa às importações na União de sêmen de animais domésticos da espécie bovina.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decreto-Lei nº 68/93 de 10 de março de 1993. Diário da República nº 58 – I Série.  
*Estabelece os princípios relativos aos controlos veterinários de animais vivos provenientes de países terceiros.* Ministério da Agricultura. Lisboa, Portugal.

Decreto-Lei nº 210/2000 de 2 de setembro de 2000. Diário da República nº 203 – I Série.  
*Estabelece os princípios relativos aos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros e respetivo sistema sancionatório.* Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa, Portugal.

Decreto-Lei nº 163/2005 de 22 de setembro de 2005. Diário da República nº 183 – I Série.  
*Define as regras de polícia sanitária aplicáveis a produtos de origem animal para consumo e princípios gerais de certificação.* Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa, Portugal.

Decreto-Lei nº 79/2011 de 20 de junho de 2011. Diário da República nº 117 – I Série.  
*Estabelece os procedimentos de elaboração de listas e de publicação de informações nos domínios veterinário e zootécnico, aprova diversos regulamentos relativos a condições sanitárias, zootécnicas e de controlo veterinário.* Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa, Portugal.

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2001). *Food and veterinary office – Final report of a mission to Portugal from 13 to 24 November 2000 concerning border inspection posts.* Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2003). *Food and veterinary office – Final report of a mission to 8 member states from 18 to 29 November 2002 concerning the implementation of safeguard measures and reinforced checks in border inspection posts.* Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2005). *Food and veterinary office – Final report of a mission to Portugal from 22 to 30 November 2004 concerning import controls and border inspection posts.* Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)

- Directorates-general of health and consumers of European Commission. (2007). *Animal health and welfare – Veterinary border control*. Acedido fev. 26, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/animal/bips/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/food/animal/bips/index_en.htm)
- Directorates-general of health and consumers of European Commission. (2007). *Food and feed safety – Rapid alert system for food and feed*. Acedido fev. 26, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/animal/bips/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/food/animal/bips/index_en.htm)
- Directorates-general of health and consumers of European Commission (2007). *Food and veterinary office – Final report of a mission to Portugal from 11 to 20 September 2006 concerning import controls and border inspection posts*. Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)
- Directorates-general of health and consumers of European Commission (2009). *Food and veterinary office – Annual report 2008*. Acedido em out. 16, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/annualreports/ann\\_rep\\_2008\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/food/fvo/annualreports/ann_rep_2008_en.pdf)
- Directorates-general of health and consumers of European Commission (2009). *Food and veterinary office – Final report of a mission carried out in Portugal from 21 January to 1 February 2008 in order to evaluate the import/transit control system and border inspection posts*. Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)
- Directorates-general of health and consumers of European Commission (2010). *Food and veterinary office – Final report of a mission carried out in Portugal from 6 to 14 October 2009 in order to evaluate the import/transit control system and border inspection posts*. Acedido em out. 19, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/fvo/ir\\_search\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/food/fvo/ir_search_en.cfm)
- Direção geral da saúde e dos consumidores da Comissão Europeia. (2009). *Sistema de alerta rápido para os géneros alimentícios e alimentos para animais*. Acedido em jan. 9, 2012, disponível em: [http://ec.europa.eu/food/food/rapidalert/docs/rasff\\_leaflet\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/food/food/rapidalert/docs/rasff_leaflet_pt.pdf)
- Direção Geral de Veterinária. (2009). *Controlos veterinários manual de atuação nos PIF*. Lisboa, Portugal; p. 19-38.

- Diretiva 88/407/CEE de 14 de junho de 1988. Jornal Oficial L 194 de 22/07/1988, p. 10 – 23.  
*Fixa as exigências de polícia sanitária aplicáveis às trocas comerciais intracomunitárias e às importações de sémen congelado de animais da espécie bovina.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 89/662/CEE de 11 de dezembro de 1989. Jornal Oficial L 395 de 30/12/1989, p. 13 – 22. *Relativa aos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário, na perspectiva da realização do mercado interno.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 90/425/CEE de 26 de junho de 1990. Jornal Oficial L 224 de 18/08/1990, p. 29 – 41.  
*Relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos, na perspectiva da realização do mercado interno.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 90/675/CEE de 10 de dezembro de 1990. Jornal Oficial L 373 de 31/12/1990, p. 1 – 14. *Fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 91/496/CEE de 15 de julho de 1991. Jornal Oficial L 268 de 24/09/1991, p. 56 – 68.  
*Fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos animais provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade e que altera as Directivas 89/662/CEE, 90/425/CEE e 90/675/CEE.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 92/65/CEE de 13 de julho de 1992. Jornal Oficial L 268 de 14/09/1992, p. 54 – 72.  
*Define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémen, óvulos e embriões não sujeitos, no que se refere às condições de polícia sanitária, às regulamentações comunitárias específicas referidas na secção I do anexo A da Diretiva 90/425/CEE.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.
- Diretiva 97/78/CE de 18 de dezembro de 1997. Jornal Oficial L 24 de 30/01/1998, p. 9 – 30.  
*Fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Diretiva 2002/99/CE de 16 de dezembro de 2002. Jornal Oficial L 18 de 23/01/2003, p. 11 – 20. *Estabelece as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CEE) nº 2658/87 de 23 de Julho de 1987. Jornal Oficial 256 de 07/09/1987, p. 1 – 675. *Relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 178/2002 de 28 de Janeiro de 2002. Jornal Oficial L 31 de 1/02/2002, p. 1 – 24. *Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.* Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 998/2003 de 26 de Maio de 2003. Jornal Oficial L 146 de 13/06/2003, p. 1 – 9. *Relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia e que altera a Directiva 92/65/CEE do Conselho.* Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 1642/2003 de 22 de Julho de 2003, Jornal Oficial L 245 de 29/09/2003, p. 4 – 6. *Altera o Regulamento (CE) nº 178/2002 que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.* Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 136/2004 de 22 de Janeiro de 2004. Jornal Oficial L 21 de 28/01/2004, p. 11 – 23. *Define os procedimentos de controlo veterinário nos postos de inspecção fronteiriços da Comunidade a aplicar a produtos importados de países terceiros.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 282/2004 de 18 de Fevereiro de 2004. Jornal Oficial L 49 de 19/02/2004, p. 11 – 24. *Relativo ao estabelecimento de um documento para a declaração e o controlo veterinário de animais provenientes de países terceiros e introduzidos na Comunidade.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.





## Anexo 1 – Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE)

### 1.1. Documento Veterinário Comum de Entrada para produtos, Regulamento (CE) nº 136/2004.

COMUNIDADE EUROPEIA		DOCUMENTO VETERINARIO COMUM DE ENTRADA, DVCE	
Parte 1: Características da remessa apresentada	1. Expedidor/Exportador <input type="checkbox"/>		2. Nº de referência do DVCE
			Posto de inspeção fronteiriço
			Número ANIMO
	3. Destinatário		4. Interessado no carregamento
	5. Importador		6. País de origem + código ISO
			7. País de expedição + código ISO
			8. Endereço de entrega
	9. Chegada ao PIF (data estimada)		10. Documentos veterinários
	11. Nome do navio/Número do voo		Número(s)
	Número do conhecimento de embarque/ da carta de porte aéreo		Data de emissão
Número do vagão/do veículo/do reboque		Estabelecimento de origem (se for caso disso)	
		Número de aprovação veterinária	
12. Natureza das mercadorias; número e tipo de embalagens		13. Código da mercadoria (NC, primeiros 4 dígitos, no mínimo)	
		14. Peso bruto (kg)	
		15. Peso líquido (kg)	
Temperatura		Refrigeradas: <input type="checkbox"/>	Congeladas: <input type="checkbox"/>
		Ambiente: <input type="checkbox"/>	
16. Número do selo e número do contentor			
17. Transbordo para <input type="checkbox"/>		18. TRÂNSITO para um país terceiro <input type="checkbox"/>	
PIF da UE		Para o país terceiro: + código ISO	
País terceiro		PIF de saída	
Número ANIMO		Número ANIMO	
Código ISO do país terceiro			
19. Conformidade com os requisitos da UE		20. Para reimportação	
Conforme <input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
NÃO conforme <input type="checkbox"/>			
21. Para o Mercado Interno:		22. Para remessas NÃO conformes	
Consumo humano <input type="checkbox"/>		Entrepósito aduaneiro <input type="checkbox"/> Nº de registo	
Alimentação animal <input type="checkbox"/>		Zona franca ou entreposto franco <input type="checkbox"/> Nº de registo	
Uso farmacêutico <input type="checkbox"/>		Fornecedor de navios <input type="checkbox"/> Nº de registo	
Uso técnico <input type="checkbox"/>		Navio <input type="checkbox"/> Nome	
Outro <input type="checkbox"/>		Porto	
23. Declaração		Local e data da declaração	
O abaixo assinado, responsável pelo carregamento acima descrito, certifica que, tanto quanto é do seu conhecimento, as declarações feitas na parte 1 do presente documento são verdadeiras e completas, e compromete-se a respeitar os requisitos jurídicos da Directiva 97/78/CE, incluindo o pagamento dos controlos veterinários para retomada de qualquer remessa rejeitada após trânsito através da UE com destino a um país terceiro (nº 1, alínea c), do artigo 11º) ou dos custos de destruição, se necessário.		Nome do signatário	
		Assinatura	

# **1.1. Documento Veterinário Comum de Entrada para produtos, Regulamento (CE) nº 136/2004. (Continuação)**

COMUNIDADE EUROPEIA		DOCUMENTO VETERINARIO COMUM DE ENTRADA, DVCE	
Parte 2: Decisão sobre a remessa	24. DVCE anterior <input type="checkbox"/> Número de referência	Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	25. Nº de referência do DVCE
	26. Controlo documental: Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/>		27. Controlo de identidade Controlo do selo <input type="checkbox"/> OU Controlo de identidade completo <input type="checkbox"/> Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/>
	28. Controlo físico Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/> Não efectuado <input type="checkbox"/> 1. Regime de controlos reduzidos <input type="checkbox"/> 2. Outro <input type="checkbox"/>		29. Ensaios laboratoriais Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Ensaios para: Aleatórios <input type="checkbox"/> Suspeitos <input type="checkbox"/> Resultados: Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/> Disponibilizada na pendência de um resultado <input type="checkbox"/>
	30. APTA para transbordo PIF da UE <input type="checkbox"/> Número ANIMO País terceiro <input type="checkbox"/> Código ISO do país terceiro		31. APTA para trânsito <input type="checkbox"/> Para o país terceiro: + código ISO PIF de saída Número ANIMO
	32. APTA para o Mercado Interno Para colocação em livre prática Consumo humano <input type="checkbox"/> Alimentação animal <input type="checkbox"/> Uso farmacêutico <input type="checkbox"/> Uso técnico <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>		33. APTA se transportada sob controlo Procedimento do artigo 8º <input type="checkbox"/> Reimportação de produtos da UE (artigo 15º) <input type="checkbox"/>
	35. NÃO APTA 1. Reexportação <input type="checkbox"/> 2. Destruição <input type="checkbox"/> 3. Transformação <input type="checkbox"/> Data-limite <input type="checkbox"/>		34. APTA para o procedimento específico de armazenagem (nº 4 do artigo 12º e artigo 13º) Entreposto aduaneiro <input type="checkbox"/> Zona franca ou entreposto franco <input type="checkbox"/> Fornecedor de navios <input type="checkbox"/> Directamente a um navio <input type="checkbox"/>
	37. Informações sobre os destinos controlados (33-35) Nº de aprovação (se for caso disso) Endereço		36. Razões de recusa 1. Falta de/não validade do certificado <input type="checkbox"/> 2. País não aprovado <input type="checkbox"/> 3. Estabelecimento não aprovado <input type="checkbox"/> 4. Produto proibido <input type="checkbox"/> 5. Não corresponde aos documentos <input type="checkbox"/> 6. Erro na marca de salubridade <input type="checkbox"/> 7. Higiene física insuficiente <input type="checkbox"/> 8. Contaminação química <input type="checkbox"/> 9. Contaminação microbiológica <input type="checkbox"/> 10. Outro <input type="checkbox"/>
	38. Remessa novamente selada Novo nº do selo:		
	39. Identificação completa do posto de inspecção fronteiriço/da autoridade competente e carimbo oficial		40. Veterinário oficial O abaixo assinado, veterinário oficial ou agente oficial designado, certifica que os controlos veterinários da presente remessa foram efectuados em conformidade com os requisitos da UE.  Assinatura  Nome (em maiúsculas)  Data
	41. PIF de saída para trânsito: formalidades de saída da CE e controlos das mercadorias em trânsito confirmados de acordo com o nº 2, alínea e), do artigo 11º da Directiva 97/78/CE  Data  Carimbo		42. Referência do documento aduaneiro:  43. DVCE subsequente Número(s):

## 1.2. Documento Veterinário Comum de Entrada para animais, Regulamento (CE) nº 282/2004.

Comunidade Europeia		Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE Animais)	
Parte 1: Características da remessa apresentada	1. Expedidor/Exportador <input type="checkbox"/> Nome Endereço  País + Código ISO		2. N.º de referência do DVCE Posto de inspeção fronteiriço Número da unidade
	3. Destinatário Nome Endereço Código Postal País + Código ISO		4. Responsável pela carga Nome Endereço 5. País de origem + Código ISO 6. Região de origem Código
	7. Importador Nome Endereço Código Postal País + Código ISO		8. Endereço de entrega Nome Número de aprovação Endereço Código Postal País + Código ISO
	9. Chegada ao PIF (data e hora estimadas) Data Hora		10. Documentos veterinários Número Data de emissão Documento(s) de acompanhamento Número(s)
	11. Meios de transporte: Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação: Referência documental:		13. Código da mercadoria (Código NC) 14. Número de animais 15. Número de embalagens
	12. Espécie animal, raça		
	16. Animais certificados para: Criação/rendimento <input type="checkbox"/> Engorda <input type="checkbox"/> Abate <input type="checkbox"/> Organismos aprovados <input type="checkbox"/> Animais de companhia <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Quarentena <input type="checkbox"/> Equídeos registados <input type="checkbox"/> Afinação <input type="checkbox"/> Circo/Exposição <input type="checkbox"/>		
	17. Número do selo e número do contentor		
	18. Transbordo para <input type="checkbox"/> PIF Número da unidade País terceiro Código ISO do país terceiro:		19. Trânsito para um país terceiro <input type="checkbox"/> Para país terceiro + Código ISO PIF de saída: Número da unidade
	20. Para importação ou importação temporária Importação definitiva <input type="checkbox"/> Reimportação de cavalos <input type="checkbox"/> Importação temporária de cavalos <input type="checkbox"/> Data de saída Ponto de saída		21. Estados-Membros de trânsito <input type="checkbox"/> Estado-Membro + Código ISO Estado-Membro + Código ISO Estado-Membro + Código ISO
22. Meios de transporte após o posto de inspeção fronteiriço Vagão <input type="checkbox"/> Número de registo Avião <input type="checkbox"/> Número de voo Navio <input type="checkbox"/> Nome Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Número de matrícula Outro <input type="checkbox"/>		23. Transportador Nome Número de aprovação Endereço Código Postal País 24. Guia de marcha Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
25. Declaração Eu, abaixo assinado, responsável pelo carregamento acima descrito, certifico que, tanto quanto é do meu conhecimento, as declarações feitas na parte 1 do presente documento são verdadeiras e completas, e comprometo-me a respeitar os requisitos jurídicos da Diretiva 91/496/CE; incluindo o pagamento dos controlos veterinários relativos, quer à reexpedição de remessas, à quarentena ou isolamento dos animais ou aos custos da eutanásia e destruição, se necessário.		Local e data da declaração Nome do signatário  Assinatura	

## 1.2. Documento Veterinário Comum de Entrada para animais, Regulamento (CE) nº 282/2004. (Continuação)

Comunidade Europeia		Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE Animais)	
<b>Parte 2: Decisão sobre a remessa</b>	26. Controlo documental:	27. Nº de referência do DVCE:	
	<input type="checkbox"/> Norma comunitária      satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/> Garantias adicionais      satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/> Exigências nacionais      satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/>	28. Controlo de identidade: Derrogação <input type="checkbox"/> satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/>	
	29. Controlo físico:	30. Testes laboratoriais      Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	
	Derrogação <input type="checkbox"/> Número de animais controlados <input type="checkbox"/> satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/>	Testes para: Alcatórios <input type="checkbox"/> Suspeitos <input type="checkbox"/> Resultados: Pendentes <input type="checkbox"/> satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/>	
	31. Controlo do bem-estar: Derrogação <input type="checkbox"/> À chegada      satisfatório <input type="checkbox"/> não satisfatório <input type="checkbox"/>	32. Consequências do transporte para os animais Número de animais mortos <input type="checkbox"/> Estimativa <input type="checkbox"/> Número de animais inaptos <input type="checkbox"/> Estimativa <input type="checkbox"/> Número de partos e abortos <input type="checkbox"/>	
	33. APTO para transbordo <input type="checkbox"/> PIF <input type="checkbox"/> Número da unidade País terceiro <input type="checkbox"/> Código ISO do país terceiro:	34. APTO para trânsito <input type="checkbox"/> Para país terceiro      + Código ISO PIF de saída:      Número da unidade	
	35. APTO para o Mercado Interno <input type="checkbox"/> Para destino controlado Abate <input type="checkbox"/> Organismos aprovados <input type="checkbox"/> Quarentena <input type="checkbox"/>	36. APTO para importação temporária <input type="checkbox"/> Data-limite	
	38. NÃO APTO <input type="checkbox"/> 1. Recexpedição <input type="checkbox"/> 2. Abate <input type="checkbox"/> 3. Eutanásia <input type="checkbox"/>	37. Razões da recusa 1. Falta de/não validade do certificado <input type="checkbox"/> 2. Não corresponde aos documentos <input type="checkbox"/> 3. País não aprovado <input type="checkbox"/> 4. Região não aprovada <input type="checkbox"/> 5. Espécie interdita <input type="checkbox"/> 6. Ausência de garantias adicionais <input type="checkbox"/> 7. Cláusula de salvaguarda <input type="checkbox"/> 8. Animais doentes ou suspeitos <input type="checkbox"/> 9. Resultados de análise desfavoráveis <input type="checkbox"/> 10. Inapto para prosseguir a viagem <input type="checkbox"/> 11. Ausência de exigências nacionais <input type="checkbox"/> 12. Infração à regulamentação internacional sobre o transporte <input type="checkbox"/> 13. Falta de/não validade da identificação <input type="checkbox"/> 14. Outra <input type="checkbox"/>	
	39. Informação relativa aos destinos controlados (35, 36 e 38) Nº de aprovação (se for caso disso) Endereço Código Postal		
	40. Remessa novamente selada Novo número do selo:		
<b>Parte 3: Controlo</b>	41. Identificação completa do posto de inspeção fronteiriço e carimbo oficial PIF      Carimbo Número da unidade	42. Veterinário oficial Eu, abaixo assinado, veterinário oficial do posto de inspeção fronteiriço, certifico que os controlos veterinários da presente remessa foram efectuados em conformidade com os requisitos da UE e, quando oportuno, com os requisitos do Estado-Membro de destino Nome (em letras maiúsculas): Data:      Assinatura:	
	43. Referência do documento aduaneiro:		
	44. Informação relativa à recexpedição: Número do meio de transporte Vagão <input type="checkbox"/> Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> País de recexpedição:      + Código ISO Data:		
	45. Seguimento PIF de saída: <input type="checkbox"/> PIF de destino final <input type="checkbox"/> Unidade Veterinária Local <input type="checkbox"/> Chegada da remessa      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Correspondência da remessa      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
	46. Veterinário oficial Nome (em letras maiúsculas): Endereço Data:      Carimbo Número da unidade Assinatura:		

## Anexo 2 – Planos Nacionais de Vigilância

### 2.1. Plano Nacional de Controlo de Resíduos no PIF Lisboa (2011)

Matrizes Resíduos	Bovino		Ovino/Caprino		Aves		Aquacultura		Mel		Produtos da Pesca		Estômagos		Tripas		Leite/Soro de Leite/Lactose (líquido, pó)	
	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A
Tireostáticos	2																	
Esteróides	2																	
β-agonistas	3																	
Cloranfenicol	4					2	3		3						2	2		
Nitrofuranos					5		1						4					
Antimicrobianos	4		2		5	2	3		3									
Antihelmínticos																		
Anticoccídeos					2													
Metais Pesados						1					10	5						
Corantes							3											
Micotoxinas (Aflatoxina M1)																	2	
<b>Total</b>	11		2		15		7		3		15		4		4		2	

#### Legenda:

	Porto (Alcântara e Xabregas)
	Aeroporto
	Pesquisa de Cloranfenicol+Antimicrobianos (em cada amostra)
	Pesquisa em Crustáceos

## 2.2. Plano Nacional de Controlo de Agentes Microbiológicos no PIF Lisboa (2011)

Matrizes Agentes	Moluscos bivalves vivos		Produtos da pesca (espécies com elevado teor histidina com/sem maturação)		Crustáceos e Moluscos cozidos		Alimentos prontos para consumo (Prod. da Pesca)		Alimentos prontos para consumo (Prod. à base de carne)		Leite/Soro de Leite/Lactose (líquido, pó)	
	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A
<i>Salmonella</i>		1			10				2		2	
<i>E. coli</i>		1										
Enterotoxinas ( <i>Staphylococcus</i> )											2	
<i>L. monocytogenes</i>					10		2		2			
Histamina			10	3								
<b>Total</b>	1		13		10		2		2		2	

### Legenda:

	Porto (Alcântara e Xabregas)
	Aeroporto
	Pesquisa de <i>Salmonella</i> + <i>E. coli</i> (em cada amostra)
	Pesquisa de <i>Salmonella</i> +contagem de <i>L. monocytogenes</i> (em cada amostra)
	Pesquisa de <i>Salmonella</i> +enterotoxinas estafilocócicas (em cada amostra)

## Anexo 3 – Acordos com Países Terceiros

Frequências de controlos físicos de produtos e animais vivos provenientes de países terceiros com acordos especiais com a UE – Nova Zelândia e Canadá.

Grupo de Produtos	Frequência de Controlos Físicos (%)	
	Nova Zelândia	Canadá
<b>Animais Vivos</b>		
Abelhas	50	100
Espécimes do género <i>Bombus spp</i>	50	100
Restantes animais	100	100
<b>Sémen, Embriões e Óvulos</b>		
Sémen	10	10
Embriões	10	10
Óvulos	10	10
<b>Produtos para consumo humano</b>		
Carne fresca, incluindo miudezas, e produtos das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina definidos na Directiva 92/5/CEE	2	10
Produtos de peixe em recipientes hermeticamente selados destinados a torná-los estáveis à temperatura ambiente, peixe fresco e congelado e produtos de pesca secos e/ou salgados.	2	15
Moluscos bivalves	2	15
Crustáceos vivos ou peixe fresco descabeçado e eviscerado sem qualquer transformação manual	2	2
Ovos inteiros	2	10
Banha de porco e gorduras fundidas	2	10
Gelatina	2	10
Tripas	2	10
Ovoprodutos	2	10
Carne de aves de capoeira e produtos de carne de aves de capoeira	2	10
Coelho, carne de caça (selvagem/de criação) e seus produtos	2	10
Mel	2	10
Ossos e produtos à base de ossos	2	10
Caracóis e pernas de rã	2	10
<b>Produtos não para consumo humano</b>		
Tripas	1	10
Leite e produtos lácteos	1	10
Gelatina	1	10
Ossos e produtos à base de osso	1	10
Banha de porco e gorduras fundidas	1	10
Couros e peles	1	10
Cerdas, lã, pêlos e penas	1	10
Produtos apícolas	1	10
Troféus de caça	1	10
Alimentos transformados para animais de companhia	1	10
Matérias primas para o fabrico de alimentos para animais de companhia	1	10
Matérias primas, sangue, produtos de sangue, glândulas e órgãos	1	10
Ovos para incubação	1	10
Feno e palha	1	10
Estrume	1	10
Chifres, produtos de chifres, cascos e produtos de cascos	1	10
Proteína animal processada (embalada)	1	10
Proteína animal processada (não embalada)	100% para as primeiras seis remessas consecutivas, e se testes negativos, 20% para as seguintes	100% para as primeiras seis remessas consecutivas, e se testes negativos, 20% para as seguintes